

# Diário do Legislativo de 14/11/2008

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 98ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 55ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Comemorar os 20 anos de Fundação do Tauá Hotel Convention

1.3 - Reunião de Comissões

### 2 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

3 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/11/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 297 e 298/2008 (encaminhando o Projeto de Lei nº 2.877/2008 e emenda ao Projeto de Lei nº 2.578/2008, respectivamente), do Governador do Estado - Ofícios e telegrama - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.878 a 2.882/2008 - Requerimentos nºs 3.029 a 3.034/2008 - Requerimentos da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda e dos Deputados Carlin Moura e outros, João Leite e outros, Domingos Sávio, Irani Barbosa, Luiz Humberto Carneiro e Adalclever Lopes - Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Educação e do Deputado Tiago Ulisses - Oradores Inscrições: Discursos da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Padre João, Carlos Pimenta, Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Getúlio Neiva - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Luiz Humberto Carneiro, Domingos Sávio, Irani Barbosa, Carlin Moura e outros e João Leite e outros; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.641/2008; aprovação - Votação de Requerimentos: Requerimentos da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda e do Deputado Adalclever Lopes; aprovação - 2ª Fase - Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- A Deputada Cecília Ferramenta, 2ª- Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado João Leite, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 297/2008\*

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

No exercício da competência que me confere o inciso V do art. 90, da Constituição do Estado, submeto à elevada consideração dessa egrégia Assembléia o apenso projeto de lei, que dispõe sobre o pagamento de abono aos inativos na folha de pagamento de dezembro de 2008 e dá outras providências.

Informo que o referido abono não será incorporado aos proventos e será pago em parcela única, na folha de pagamento de dezembro de 2008.

Dentro de uma política financeira responsável, observadas as limitações traçadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o abono de que trata o projeto de lei é apresentado como proposta de compensação pontual dos proventos dos inativos, condizente com as possibilidades financeiras do Tesouro Estadual.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a apresentar este projeto de lei, convicto de que os ilustres membros desta Casa Legislativa haverão de conferir-lhe o necessário apoio, de modo a colocá-lo em tramitação em regime de urgência, em razão da importância da matéria.

Aécio Neves, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 2.877/2008

Dispõe sobre o pagamento de abono aos inativos na folha de pagamento de dezembro de 2008 e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono, a ser pago em única vez, aos inativos civis e militares, na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, nos seguintes valores:

I - abono no valor de R\$300,00 (trezentos reais), para o inativo com proventos de até R\$1.000,00 (mil reais);

II - abono equivalente a 30% dos proventos, para o inativo com proventos acima de R\$1.000,01 (mil reais e um centavo).

Art. 2º - O abono de que trata esta lei não se incorpora aos proventos do inativo e nem constitui base de cálculo para pagamento de qualquer vantagem ou desconto.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 208, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 298/2008\*

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para exame dessa Egrégia Assembléia Legislativa, Emenda ao Projeto de Lei nº 2.578/2008, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República.

Pela referida Emenda a autoridade contratante fica autorizada a prever, nos contratos com prazo superior a seis meses, cláusula de pagamento de prêmio de produtividade elaborada a partir dos parâmetros da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008.

A Emenda também cuida de estender a autorização aos contratos de designação.

As inovações ao Projeto demonstram o empenho da Administração em conciliar a necessidade de atender a demanda de pessoal em caráter contingente e inadiável com o incentivo à produtividade.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter a presente Emenda à consideração dos seus Nobres Pares.

Aécio Neves, Governador do Estado.

#### EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 2.578/2008

Dê-se ao art. 8º a seguinte redação:

"Art. 8º -

(...)

§ 2º - A autoridade contratante fica autorizada a prever, nos contratos por prazo superior a 6 (seis) meses, cláusula de pagamento de prêmio por produtividade elaborada a partir dos parâmetros da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008.

§ 3º - O disposto no § 2º aplica-se aos contratos por prazo determinado celebrados nos termos do inciso IX do art. 37, da Constituição Federal, em vigor na data da publicação desta lei e aos contratos de designação, na forma do regulamento.".

- Anexe-se cópia ao Projeto de Lei nº 2.578/2008. Publicada, fica a mensagem em poder da Mesa, aguardando a inclusão da proposição em ordem do dia.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

#### OFÍCIOS

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.307/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.307/2008.)

Da Sra. Maria Tereza de Fátima, Secretária Executiva do Governador do Estado, informando da impossibilidade de comparecimento do Chefe do Executivo à reunião especial em homenagem à PUC Minas e que será representado no evento pelo Sr. Danilo de Castro, Secretário de Governo.

Do Sr. Murilo de Campos Valadares, Secretário de Políticas Urbanas de Belo Horizonte, informando da impossibilidade de comparecimento à audiência pública referente à Escola de Samba Cidade Jardim e que o convênio para devolução do galpão à referida Escola está sendo minutado pela Assessoria Jurídica da Secretaria. (- À Comissão de Participação Popular.)

Do Sr. Augusto Henrique Lio Horta, Chefe de Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.546/2008, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF, informando a liberação de recursos financeiros do FGTS à Copasa, referentes às parcelas dos contratos que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ambrósio Pinto, Diretor Comercial da Imprensa Oficial do Estado, agradecendo convite para participar da reunião especial em comemoração do 20º aniversário do Tauá Hotel & Convention.

Do Sr. Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando da impossibilidade de comparecimento reunião especial em comemoração do 20º aniversário do Grupo Tauá e que será representado no evento pelo Desembargador José Nepomuceno Silva.

Do Sr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Prefeito Municipal de Ouro Preto, solicitando especial atenção desta Casa para a votação do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 637/2007, cuja aprovação acarretará prejuízo aos Municípios mineradores. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 637/2007.)

Do Sr. Luciano Vitor Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, encaminhando ofício de sua autoria, aprovado por unanimidade pela Casa que preside, no qual solicita a inclusão na pauta e a aprovação do Projeto de Lei nº 1.093/2007, que altera o art. 1º da Lei nº 15.979, de 2006. (- Anexe ao Projeto de Lei nº 1.093/2007.)

Do Sr. Sergio Luiz de Freitas, Prefeito Municipal de Sabará, prestando informações relativas ao requerimento do Deputado Wander Borges encaminhado pelo Ofício nº 2.115/2008/SGM.

Do Sr. Ayres Augusto Alvares da Silva Mascarenhas, Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.730/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.730/2008.)

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.937/2008, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Nelson Campos, Secretário Executivo do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, do Ministério da Justiça, informando a celebração do convênio firmado entre esse Ministério e a SOS Falconiformes, visando à execução do projeto Reprodução de Rapinantes Brasileiros Ameaçados de Extinção. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Sandra M. Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de 1ª Instância do Estado de Minas Gerais - Serjusmig -, solicitando seja derrubado o veto do Governador do Estado aos arts. 27, 58, 63 e 67 da Proposição de Lei Complementar nº 112. (- Anexe-se ao veto à Proposição de Lei Complementar nº 112.)

Do Sr. Clever Alves Machado, Coordenador da União dos Negros pela Igualdade - Unegro-MG -, manifestando-se pela aprovação do Projeto de

Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado, que cria o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial. (- Anexa-se ao Projeto de Lei nº 2.177/2008.)

Do Sr. Jamil Hannouche, Vice-Presidente de Universidades do Banco Santander, agradecendo o convite para participar de reunião especial em comemoração dos 50 anos de fundação da PUC Minas.

Do Sr. Edward Lanusse Patricio Vasconcelos, solicitando a intercessão desta Casa a fim de que se encontre uma solução para a situação dos proprietários rurais prejudicados pela diminuição da vazão do Rio Doce, provocada pela Usina Hidrelétrica Eliezer Batista. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Lúcio Sampaio, Chefe de Gabinete da Presidência do Sistema Fiemg, agradecendo o convite para que essa entidade participe de reuniões da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda e informando o nome de seu representante no evento. (- À Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda.)

Do Sr. João Paulo Rigo, Diretor de Marketing da revista "MG Rural", encaminhando exemplar dessa publicação. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

#### Telegrama

- Do Sr. Hélio Costa, Ministro das Comunicações, agradecendo o convite para reunião especial em comemoração dos 20 anos do Hotel Tauá.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

#### PROJETO DE LEI Nº 2.878/2008

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Divinópolis o seguinte imóvel de propriedade do Estado, com área total de 4323,00m<sup>2</sup> (quatro mil trezentos e vinte e três metros quadrados), situado no referido Município, registrado no Livro nº 2 do Registro Geral de Imóveis de Divinópolis, com matrículas nº 3914, com as seguintes características, medidas e confrontações: um lote de nº 401 com sub-lotes de nºs 001 a 006 na quadra 002 e zona 17, situado na Rua Minas Gerais, Centro, suas benfeitorias referentes à área construída nº 32 com área de 51,00m<sup>2</sup>; casa nº 16 com área de 65,00m<sup>2</sup>, área construída nº 22 com área de 66,50m<sup>2</sup>, casa nº 8 com área de 51m<sup>2</sup>, galpão nº 32 com área de 1048,00m<sup>2</sup> e casa geminada com área de 163,59m<sup>2</sup> e que tem confrontações divididas em dois terrenos, sendo que o primeiro tem 2755m<sup>2</sup>, sendo 43mts. em divisas com Antônio Altivo; 59mts. com a R.M.V.; 52mts. pela Rua Minas Gerais e 58mts. com Soares Nogueira S.A., e o segundo em terreno anexo com área de 1568m<sup>2</sup>, aproximadamente, remanescente de uma área maior, que confronta com herdeiros de Inácio Pereira Manata, Clóvis Amaral, Antônio Altivo e com Soares Nogueira S.A. Perímetro irregular.

Parágrafo único: O imóvel descrito no "caput" deste artigo destina-se à ampliação do restaurante popular e à implantação de escola profissionalizante, ambos com importante repercussão na área social.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contado da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Doutor Rinaldo

Justificação: Este projeto de lei tem por objetivo formalizar a doação de terreno de propriedade do Estado ao Município de Divinópolis, destinado à ampliação das instalações do Restaurante Popular que se situa em confrontação com o respectivo terreno a ser doado e à implantação de escola de cursos profissionalizante.

Fundamenta-se o interesse do Município na formalização dessa doação de imóvel de propriedades do Estado pela necessidade de ampliação da capacidade de atendimento do restaurante popular, visto que é um benefício diário à população divinopolitana e das cidades vizinhas, pois, além de Divinópolis ser uma cidade pólo, o referido restaurante situa-se defronte ao Pronto-Socorro Regional, razão pela qual que a demanda do restaurante popular aumenta a cada dia. O Município de Divinópolis, por ter uma extensa área urbana, necessita da centralização dos seus serviços, não diferentemente da implantação de escola de cursos profissionalizante, que, se implantado na região central, evitaria maiores deslocamentos de seus estudantes e professores. Ademais, uma sede própria trará melhor infra-estrutura educacional, o que traria uma expressiva melhoria do ensino prestado. Assim, apresentamos este projeto de lei, esperando contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica de Libertação Interdenominacional Missionária - Celim -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Evangélica de Libertação Interdenominacional Missionária - Celim -, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gláucia Brandão

Justificação: A Celim é entidade que não tem fins lucrativos. Realiza valoroso trabalho junto às pessoas carentes e vulneráveis do Município de Ribeirão das Neves, com a promoção de projetos e serviços na área de assistência social. Conforme documentação que apresenta, está em pleno e regular funcionamento há mais de um ano e não remunera seus dirigentes, que são pessoas idôneas. A entidade cumpre todas as exigências legais e, portanto, merece o título que a tornará de utilidade pública estadual. Portanto, solicito aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### Projeto de Lei Nº 2.880/2008

Altera a área da Estação Ecológica do Cercadinho, criada pela Lei nº 15.979, de 13 de janeiro de 2006.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica excluída da área a que se refere o art. 1º da Lei nº 15.979, de 13 de janeiro de 2006, a área ocupada pelas rodovias BR-356 e MG-30 e suas áreas de domínio, bem como as necessárias à execução das obras de ligação entre as duas rodovias.

Parágrafo único - Fica vedada a aprovação de novos empreendimentos privados, numa faixa de 1km (um quilômetro) de largura, contado a partir do eixo de ligação entre as rodovias mencionadas, nos seus dois lados, pelo período de cinco anos, a contar da implementação do disposto nesta lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Adalclever Lopes - Gilberto Abramo.

Justificação: Esta proposição visa destacar da área da Estação Ecológica do Cercadinho a área necessária para a execução das obras de interseção entre as Rodovias BR-356 e MG-30, facilitando assim o tráfego e a circulação de veículos na região Centro-Sul de Belo Horizonte e o acesso à Nova Lima. A ausência de opções de vias que facilitem o escoamento do trânsito tem causado inúmeros problemas de ordem urbana. Tal projeto visa desafetar a área, possibilitando assim a execução de tais obras.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.881/2008

Declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária da Chapada, com sede no Município de Campanha.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Comunitária da Chapada, com sede no Município de Campanha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Ivair Nogueira

Justificação: A Associação Comunitária da Chapada, com sede no Município de Campanha, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, legalmente constituída, que tem por finalidade a integração dos seus associados, prestando assistência social nas áreas cultural, educacional, recreativa, esportiva e jurídica, com a finalidade de dar amparo às crianças, adolescentes e famílias carentes, proporcionando melhores condições de vida.

Conforme documentação apresentada, entendemos que a referida entidade atende aos requisitos da legislação em vigor, especialmente da Lei Estadual nº 12.972, de 27/7/98, alterada pela Lei nº 15.430, de 3/1/2005.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares, para aprovação deste presente projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.882/2008

Dá denominação de Edifício Terras Altas, a próprio público destinado ao Ministério Público do Estado, no Município de Itajubá.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Edifício Terras Altas o edifício destinado ao Ministério Público do Estado localizado no Município de Itajubá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 novembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: O nome proposto, Edifício Terras Altas, tem por finalidade integrar o prédio à principal característica da região do Sul de Minas, dominada pela Serra da Mantiqueira.

A Comarca de Itajubá é composta por cinco Municípios: Itajubá, Piranguçu, Delfim Moreira, Wenceslau Braz e Marmelópolis. Todos os cinco são caracteristicamente montanhosos. São Municípios que se localizam em altitude acima da média dos Municípios brasileiros. Mesmo a cidade de Itajubá, localizada no Vale do Rio Sapucaí, está cercada pelas montanhas da Serra da Mantiqueira, e o horizonte é dominado por altos cumes.

Dos cinco, quatro integram a Área de Preservação Ambiental da Serra da Mantiqueira: Piranguçu, Delfim Moreira, Wenceslau Braz e Marmelópolis. A comarca está integrada ao chamado Circuito das Terras Altas da Mantiqueira, denominação que abrange as cidades localizadas no interior da Serra da Mantiqueira, identificando-as como um conjunto paisagístico, ecológico e turístico.

As Terras Altas da Mantiqueira moldaram a história e o desenvolvimento da região e impressionam pela solidez de seus maciços e alturas de seus cumes. São o berço das águas da maior bacia do Estado, a do Rio Grande e de outras bacias menores. A escolha do nome Terras Altas, além de integrar o Edifício à região, busca também criar uma simbologia entre o Parquet e a terra e seu povo, criando por meio do nome um elo de identidade. O nome também ficará integrado a própria aparência do imóvel, que tem a sua frente um belo jardim, que será ornamentado com elementos naturais das Terras Altas da Mantiqueira, onde serão plantadas duas árvores da espécie araucária angustifolia (pinheiro), escolhida porque é uma árvore tradicional nas Terras Altas da Mantiqueira; é uma espécie ameaçada de extinção; e tem uma característica especial: é uma espécie sexuada, existindo pinheiros machos e pinheiros fêmeas, representando assim a dualidade do gênero humano.

Não é só uma homenagem a esta região, mas também ao Estado de Minas Gerais, conhecido como a Terra das Alterosas. Assim se homenageia a Comarca e o Estado mineiro. Por essa razão, apenas "Terras Altas", sem referência explícita à Mantiqueira. O nome permitirá ainda a criação de uma identidade gráfica ao Parquet de Itajubá, a ser utilizada em documentos oficiais das Promotorias de Justiça, junto com os símbolos do Ministério Público de Minas Gerais. Fixará também uma localização das Promotorias de Justiça fácil de ser assimilada pelo público.

Por essas razões, aguardo dos meus nobres pares aprovação a esta nossa proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Administração Pública, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### REQUERIMENTOS

Nº 3.029/2008, da Deputada Ana Maria Resende, em que pleiteia seja solicitada ao Governador do Estado a elaboração de decreto instituindo programa nos moldes do Pró - Trator - Agricultura Moderna, do Estado de São Paulo, que oferece aos produtores o financiamento de tratores sem juros. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 3.030/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, em que pleiteia sejam solicitadas ao Governador do Estado providências com vistas a que seja concedido o título de Cidadão Honorário do Estado ao Sr. Fabio d'Amico. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.031/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Montanhês Clube de Ouro Fino por seu 45º aniversário. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.032/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulada manifestação de apoio à Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 13/2003, do Senador Sérgio Zambiasi. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.033/2008, da Comissão de Cultura, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à enxadrista mineira Fernanda dos Santos Rodrigues por seu desempenho em campeonatos, representando o Estado, e, em especial, pela conquista do título de candidata a Mestre, concedido pela Federação Internacional de Xadrez aos atletas que conquistam o 1º lugar em Jogos Pan-Americanos. (- À Comissão de Educação.)

Nº 3.034/2008, da Comissão de Saúde, em que pleiteia seja solicitada ao Secretário de Saúde a agilização da implantação do Programa Viva Vida em Divinópolis.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda e dos Deputados Carlin Moura e outros, João Leite e outros, Domingos Sávio, Irani Barbosa, Luiz Humberto Carneiro e Adalclever Lopes.

#### Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Educação e do Deputado Tiago Ulisses.

## Oradores Inscritos

- A Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Padre João, Carlos Pimenta, Antônio Carlos Arantes, Domingos Sávio e Getúlio Neiva proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 3.034/2008, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

#### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 11/11/2008, do Projeto de Lei nº 2.809/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, e dos Requerimentos nºs 2.985/2008, do Deputado Hely Tarquínio, e 2.994/2008, do Deputado Carlin Moura; e de Educação - aprovação, na 30ª Reunião Ordinária, em 12/11/2008, do Requerimento nº 2.988/2008, da Deputada Ana Maria Resende (Ciente. Publique-se.).

#### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Luiz Humberto Carneiro solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 880/2007 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Domingos Sávio solicitando a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 1.177/2007; nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140, do Regimento Interno, requerimento do Deputado Irani Barbosa solicitando que o Projeto de Lei nº 2.706/2008 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído uma vez que a Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir seu parecer; e nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Carlin Moura e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear o Sindicato dos Professores de Minas Gerais - Sinpro Minas - pelos 75 anos de sua fundação, e João Leite e outros, solicitando a convocação de reunião especial para comemorar os 150 anos da inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil.

#### Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.641/2008 (À sanção.).

#### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda solicitando a prorrogação do seu prazo de funcionamento por mais 30 dias. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

Requerimento do Deputado Adalclever Lopes, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.880/2008. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Vetos à Proposição da Lei Complementar nº 112 e às Proposições de Lei nºs 18.632 e 18.682, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite. Fez retirar, também, os Projetos de Lei nºs 50, 327 e 1.523/2007, 2.050, 2.219, 2.220, 2.301, 2.455, 2.456, 2.575 e 2.641/2008, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

#### Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. encerrasse, de plano, os trabalhos porque não há quórum para discussão nem para votação.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007 e dos Projetos de Lei nºs 1.985, 2.474, 2.573, 2.576 e 2.614/2008, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões; informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, 21 emendas do Deputado Gilberto

Abramo, que receberam os nºs 2 a 22, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Assuntos Municipais para parecer; informa que o substitutivo encaminhado pelo Governador do Estado ao referido projeto de lei complementar, por meio da Mensagem nº 248/2008, publicada no dia 9/7/2008, foi contemplado no parecer da Comissão de Assuntos Municipais e será arquivado, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno; informa, ainda, que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao Projeto de Lei nº 1.985/2008 um substitutivo do Deputado Délio Malheiros, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo com o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor para parecer.

- O teor do substitutivo e das emendas apresentados é o seguinte:

#### Emendas ao projeto de Lei Complementar nº 28/2007

##### EMENDA nº 2

Suprima-se o § 1º do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

##### EMENDA nº 3

Suprima-se o § 2º do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

##### EMENDA nº 4

Suprima-se o § 3º do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

##### EMENDA Nº 5

Acrescente ao art. 4º o seguinte inciso I.

"Art 4º - (...)

I - elaborar, propor e promover a execução das metas e das prioridades estabelecidas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, depois de ser aprovado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais."

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O inciso dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

##### EMENDA nº 6

Suprima-se o inciso XVI do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: A matéria disposta no art. 4º do Projeto de Lei nº 28/2007 vai ao encontro da Lei Complementar nº 88, de 12/1/2006, uma vez que esta descreve taxativamente todas as atribuições da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Ocorre que o inciso XVI não está especificado na lei complementar, excedendo as competências já descritas. Ademais, o inciso dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA Nº 7

Suprima-se o inciso I do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 8

Suprima-se o inciso II do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 9

Suprima-se o inciso III do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 10

Suprima-se o inciso IV do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 11

Suprima-se o inciso V do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 12

Suprima-se o inciso VI do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 13

Suprima-se o inciso VII do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 14

Suprima-se o inciso VI do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 15

Suprima-se o inciso VIII do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 16

Suprima-se o inciso IX do parágrafo único do art. 4º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 17

Suprima-se o § 1º do inciso V do art. 5º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 18

Suprima-se o inciso I do art. 5º:

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 19

Suprima-se o inciso II do art. 5º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 20

Suprima-se o inciso III do art. 5º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA Nº 21

Suprima-se o inciso IV do art. 5º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

EMENDA nº 22

Suprima-se o inciso V do art. 5º.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Gilberto Abramo

Justificação: O parágrafo dispõe de matéria muito ampla, não especificando de fato a atribuição da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Assim, aproveitamos a oportunidade para, no intuito de colaborar, apresentar esta emenda.

SUBSTITUTIVO Nº 2 AO PROJETO DE LEI Nº 1.985/2008

Altera a Lei nº 15.025, de 20 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento de servidor público ativo, inativo e pensionista do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 4º da Lei nº 15.025, de 20 de janeiro de 2004, fica acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 4º - (...)

§ 5º - Nas consignações facultativas previstas no inciso VI, é vedada a recusa da concessão de crédito em razão da inclusão do nome do servidor ou do pensionista nos cadastros de proteção ao crédito, desde que o financiamento do imóvel residencial esteja inserido em programas públicos de moradia."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de novembro de 2008.

Délio Malheiros

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: ( - A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 55ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/11/2008

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. João Pinto Ribeiro - Exibição de vídeo - Apresentação musical - Palavras do Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Tiago Ulisses - Dalmo Ribeiro Silva - Domingos Sávio - Durval Ângelo - Fábio Avelar - Jayro Lessa - Luiz Tadeu Leite - Mauri Torres - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar os 20 anos de fundação do Tauá Hotel e Convention, a requerimento dos Deputados Fábio Avelar, Tiago Ulisses e Wander Borges.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado; Desembargador José Nepomuceno Silva, representando o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Resende; Deputado Federal Rodrigo de Castro; Paulo Paiva, Presidente do BDMG; Márcio Nunes, Presidente da Copasa-MG; Roberto Luciano Fortes Fagundes, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas; João Pinto Ribeiro, Presidente do Tauá Hotel e Convention; e Deputados Fábio Avelar, Tiago Ulisses e Wander Borges, co-autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Arlindo Porto, ex-Senador; Luiz Alberto Rodrigues, Hélio Resende, Gerardo Renault, Roberto Luiz Soares, Vicente Fernandes Guabiroba e Márcio Kangussu, ex-Deputados; Dirceu Pereira, ex-Deputado, Diretor da Ademg e Presidente da Associação Mineira de Cronistas Esportivos; Clóvis Benevides, Subsecretário da Secretaria Antidrogas; José Eugênio Aguiar, Presidente do Sindetur; Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral desta Casa; Dalmir de Jesus, ex-Diretor desta Casa; Cel. Luiz Carlos Dias Martins, Assistente Militar da Vice-Governadoria; José Aparecido Ribeiro, Presidente do Conselho Consultivo da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis de Minas Gerais; Cel. Alexandre Salles Cordeiro, Chefe da Assessoria Institucional da Polícia Militar, representando o Comandante-Geral da PMMG, Cel. Hélio dos Santos Júnior; Leopoldo Bessone, ex-Deputado Federal; Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão - Amirt -; e José Geraldo Oliveira Prado, Secretário-Geral da Assembléia Legislativa.

#### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado por Ana Elvira, nos teclados, Elias Martins de Barros, no violino, e Walter Alves de Souza, no clarinete.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-noite a todos e a todas. Inicialmente, cumprimento o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nosso amigo Deputado Alberto Pinto Coelho, e os Exmos. Srs. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado; João Pinto Ribeiro, Presidente do Tauá Hotel e Convention, nosso querido homenageado, em cuja pessoa cumprimento toda a sua família aqui presente - sua esposa Lizete e seus filhos Daniel, João Chequer e Lizete; Desembargador José Nepomuceno Silva, representando o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça; Deputado Federal Rodrigo de Castro; Paulo Paiva, Presidente do BDMG; Márcio Nunes, Presidente da nossa querida Copasa, empresa em que tive o privilégio e a honra de trabalhar por 25 anos - é um prazer tê-lo aqui, Presidente Márcio Nunes, e, na sua pessoa, cumprimento todos os companheiros daquela empresa -; Roberto Luciano Fagundes, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas -; Deputados Tiago Ulisses e Wander Borges, co-autores do requerimento que deu origem a esta homenagem, em cuja pessoa cumprimento todos os colegas Deputados Federais e Estaduais e Vereadores, e não são poucos, que vieram trazer o seu abraço nesta noite tão importante para todos nós; demais autoridades já citadas pelo nosso cerimonial; senhores da imprensa; telespectadores da TV Assembléia; equipe de funcionários da Assembléia, que sempre nos ajudam em todos os eventos. Boa-noite a todos vocês que nos acompanham nesta noite.

Não poderia deixar de agradecer, em primeiro lugar, aos Deputados Wander Borges e Tiago Ulisses a honra que me concederam de representá-los nesta fala em que homenageamos essa entidade tão importante para nós, mineiros. De coração, agradeço esta oportunidade. Em meu nome e em nome dos Deputados Wander Borges e Tiago Ulisses, agradecemos também a todos os Deputados, quase a unanimidade desta Casa, que assinaram conosco o requerimento que nos deu a oportunidade de estarmos hoje comemorando os 20 anos do Hotel Tauá.

Com imensa satisfação, estamos reunidos para prestar esta homenagem ao Hotel Tauá pelos seus 20 anos. Especialmente para mim e para os Deputados Tiago Ulisses e Wander Borges, como autores do requerimento que originou esta solenidade, é motivo de alegria ver reconhecido o mérito daqueles que se responsabilizaram pela idealização e construção desse grande empreendimento da hotelaria brasileira.

O sucesso do Tauá é uma resposta dos seus empreendedores aos desafios representados pelo grande avanço do setor turístico e empresarial em nosso Estado e no Brasil. Trata-se de uma demonstração inequívoca de visão de futuro, fundamentada em perspectivas reais de crescimento econômico e social. Tudo isso transformou-se em realidade no Tauá, por meio de ações empresariais modernas, transformadas em espaço de convivência para atendimento à permanente necessidade do homem no que tange à busca do lugar adequado para o seu trabalho e lazer.

Além da competência de seus idealizadores e construtores, cabe salientar aspectos relevantes que impulsionam o crescimento do Tauá. No que se refere aos aspectos empresarial e institucional, constitui fator facilitador para o crescimento do Tauá o atual estágio de desenvolvimento que Minas Gerais está evidenciando nos diversos setores da atividade econômica e social. É notório o progresso do nosso Estado e contínuo o aprimoramento da prestação de serviços pelas empresas mineiras, aliados a uma fase positiva de investimentos diversos em expansão dos negócios. Esse é um fato que tem acarretado a realização de eventos empresariais diversos, como ciclos e cursos de treinamento, conferências, seminários, congressos e reuniões de executivos, demandando infra-estrutura necessária de hospedagem e de apoio aos programas de

desenvolvimento de recursos humanos.

Cabe salientar aqui que, graças à sensibilidade e à visão do nosso Governador Aécio Neves, estamos vivendo um novo momento com a implementação do tão sonhado e esperado Expominas. Além do desenvolvimento empresarial, cresce o setor de turismo e lazer em Minas Gerais, hoje estimulado por diversos programas governamentais que, acrescidos aos investimentos da iniciativa privada, asseguram recursos, equipamentos e facilidades aos turistas que buscam as atrações de nossas cidades. Esse aspecto a que nos referimos vem facilitar o atendimento das necessidades de lazer do cidadão e de sua família, que sempre buscam no passeio turístico uma forma de entretenimento, convívio familiar saudável e contato com a natureza, mantendo ou incrementando o conforto doméstico.

É exatamente nesse contexto que se destaca a empresa que hoje homenageamos. O Hotel Tauá é o vitorioso resultado de uma iniciativa competente e corajosa que marca o comportamento e a ação dos empreendedores que o construíram. Por isso, ao falarmos em Tauá, estaremos sempre referindo-nos ao nome do nosso estimado amigo e colega Deputado por diversas legislaturas, João Pinto Ribeiro. É exatamente ele o responsável por essa admirável realização da hotelaria nacional e internacional, juntamente a sua dedicada e sempre presente esposa, Lizete Chequer Santos Ribeiro, e dos filhos João Luiz Chequer Ribeiro, Daniel Chequer Ribeiro e Lizete Chequer Ribeiro.

Referindo-nos ainda ao nosso amigo João Pinto Ribeiro, quem o conhece sabe, e bem, de sua vocação para a promoção do bem-estar e crescimento humanos. A sua vida profissional atesta esse fato, confirmado ainda pela sua dedicação ao ensino e pelos cargos que já ocupou em sua brilhante carreira política. João Pinto, lembrando, além de Deputado Estadual, foi Vereador em Belo Horizonte, Secretário de Esportes, Lazer e Turismo, Secretário de Estado da Criança e do Adolescente, secretário da executiva estadual do PTB, além de advogado e professor. Trata-se de um homem vocacionado para a promoção humana, capaz de grandes iniciativas como a que ora homenageamos.

O Hotel Tauá, exemplo de empresa familiar bem-sucedida, está pertinho de nós, a 45km de Belo Horizonte, na localidade de Roças Novas, no Município de Caeté. O Tauá é hoje o maior centro de eventos hoteleiros de Minas Gerais e o terceiro maior do Brasil. O seu sucesso está prestes a frutificar novamente, na inauguração próxima de outra unidade do Tauá na cidade de Atibaia, em São Paulo. Essa história de êxito empresarial, portanto, é marca do arrojo dos seus proprietários, que acreditam em si e na idéia que acalentam.

É importante ressaltar que o extraordinário hotel foi um sítio que, a exemplo dos dias atuais, situava-se no mesmo local aprazível, cercado pela natureza e, por isso, lugar adequado para o lazer, o descanso e o contato com o ambiente puro e saudável. No sítio de então surgiu a idéia de ele ser transformado em local de diversão para as famílias e a realização de eventos. Atualmente o Tauá dispõe da melhor infra-estrutura para lazer e eventos de grande porte. As suas diversas instalações oferecem o que há de melhor em acomodações, espaços múltiplos para diversão, esportes, gastronomia, 30 salas preparadas para receber os mais diversos tipos de acontecimentos empresariais e sociais, em clima de tranqüilidade e de contato direto com o ambiente natural da região.

É claro que ninguém conquista uma vitória como essa de forma isolada e solitária. É preciso contar com o apoio e a participação da família, dos amigos, de profissionais e empresas fornecedoras de produtos e serviços. Quanto ao apoio da família, volto a citar o nome de Lizete Chequer Ribeiro, esposa atenta, dedicada, inteligente e presente em todas as horas. Menciono, de novo, os filhos João, Daniel e Lizete, parceiros de hoje e continuadores dessa obra. Entre esses parceiros, não posso deixar de fazer justa menção às empresas que prestam grande serviço ao setor hoteleiro, particularmente ao Tauá. Esse patrimônio mineiro que hoje homenageamos é também fruto do trabalho competente, dedicado e eficiente das agências de viagem e de turismo. Elas identificam, canalizam, organizam, encaminham, orientam e fornecem todo o apoio às empresas e às pessoas que procuram espaço adequado para o seu lazer, descanso ou reuniões de negócio e eventos empresariais.

Gostaria de dar o meu testemunho no que se refere aos profissionais que atuam no setor de turismo. Este Deputado teve a honra de presidir, na legislatura passada, nesta Assembléia a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Durante aquele período, tive oportunidade de estabelecer estreita ligação com o segmento que integra o "trade" de turismo no Estado e no Brasil. Posso assegurar a todos que se trata de um setor confiado a profissionais competentes e dedicados, o que nos dá a segurança para afirmar que o turismo está nas mãos de gente que sabe conduzir o setor, por meio de um trabalho que produz excelentes resultados hoje e que garante o futuro de novas e crescentes conquistas.

Por isso, à competência gerencial, à excelência do atendimento e da qualidade da prestação de serviços dos empresários, gerentes, atendentes, funcionários e colaboradores das agências de viagem e turismo o reconhecimento de todos nós. Tenho certeza de que esse é também o pensamento do meu querido amigo homenageado, João Pinto Ribeiro, e de toda a sua família.

É o trabalho de equipe, a soma de esforços na busca de um objetivo comum que fazem do Hotel Tauá um jovem vencedor da iniciativa familiar no setor hoteleiro. Hoje, com esta homenagem, comemoramos os seus 20 anos. Muitas outras comemorações hão de vir, fruto da sementeira do bem a serviço do homem e do atendimento de suas necessidades mais elevadas.

Ao amigo João Pinto Ribeiro e à sua bela família, em nome dos meus colegas, co-autores deste requerimento, Deputados Wander Borges e Tiago Ulisses, e de todos os Deputados que assinaram o nosso requerimento, os nossos parabéns e o voto de felicidades constantes. Parabéns, João. Que Deus continue a iluminar você e sua família. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a um vídeo institucional sobre o Tauá Hotel e Convention.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

#### Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Presidente do Tauá Hotel e Convention, Sr. João Pinto Ribeiro, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: "A hospitalidade mineira, notória em todo o País, é uma tradição que o Tauá, um nome cada vez mais respeitado nos segmentos do turismo de lazer e de negócios, transformou em compromisso primordial no atendimento aos seus clientes, oferecendo, assim, serviços que primam pela excelência e visam à felicidade das famílias e ao sucesso das empresas. Nos 20 anos do Tauá Hotel e Convention, a homenagem do Parlamento mineiro a essa empresa de hotelaria que divulga e promove o nome de Minas Gerais com competência, profissionalismo e alegria."

O Sr. Presidente - A Presidência encarece aos parlamentares autores desse requerimento que nos acompanhem neste momento solene.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. João Pinto Ribeiro

Exmo. Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, meu amigo, dinâmico, competente, que nos enche de orgulho; Exmo. Sr. Desembargador José Nepomuceno Silva, meu amigo, cuja presença agradeço; Exmo. Sr. Deputado Federal Rodrigo de Castro, uma das revelações extraordinárias da política de nosso Estado; Exmo. Sr. Paulo Paiva, Presidente do BDMG, meu amigo particular, também sério e competente homem público; Exmo. Sr. Márcio Nunes, Presidente da Copasa, meu amigo; Sr. Roberto Luciano Fortes Fagundes, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas, meu amigo; Deputado Fábio Avelar, meu amigo, Deputado Tiago Ulisses e Deputado Wander Borges, co-autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; meus senhores; minhas senhoras.

Gostaria de começar agradecendo a Deus tudo que Ele tem feito por mim durante toda a vida, até este momento. Cumprimento o Deputado Alberto Pinto Coelho, que engrandece, com sua capacidade, firmeza e dedicação a Assembléia Legislativa de Minas, fazendo com que continue sendo uma das mais bem administradas do Brasil. Saúdo também a todos os parlamentares desta Casa, que aqui praticam a democracia, no esforço diário e incansável de proporcionar a justiça social e uma vida melhor para os mineiros. Eu não poderia deixar de citar os funcionários da Assembléia Legislativa de Minas, servidores públicos abnegados com quem trabalhei no passado. A todos eles, o meu abraço agradecido.

Meu reconhecimento muito especial ao Deputado Fábio Avelar, pela iniciativa desta homenagem aos 20 anos do Hotel Tauá. Fábio Avelar é um dos mais dedicados homens públicos que conheço, notadamente em razão da sua atuação valorosa em defesa do meio ambiente e do turismo. Cumpro também o dever de parabenizá-lo pelo empenho de muitos anos e incansáveis esforços na luta pela revitalização do Aeroporto Internacional de Confins. O trabalho determinado e a liderança do Deputado Fábio Avelar foram fundamentais para que a intensificação das atividades de Confins virasse realidade. E hoje é um fato consumado que já tem trazido significativa melhoria no fluxo de turistas e no desenvolvimento de negócios em Minas.

Também agradeço ao Deputado Wander Borges, uma revelação da política da grande Belo Horizonte, um dos responsáveis pelo fortalecimento do PSB em Minas. O Deputado Wander Borges salienta-se pelo dinamismo nos diversos cargos que tem assumido na vida pública, desenvolvendo projetos em todas as áreas para propiciar às pessoas uma vida cada vez mais digna. Sou grato também ao Deputado Tiago Ulisses, outro jovem promissor, proveniente de uma família de ilustres políticos mineiros reconhecidos pela vocação das causas sociais. O Deputado Tiago Ulisses já comprovou o seu idealismo e competência na gestão dos serviços públicos, demonstrando sensibilidade no trato das questões que revelam as grandes carências da população.

À minha maravilhosa família, pelo apoio incondicional em todas as minhas iniciativas e atitudes. A vida é cheia de adversidades, sucessos e fracassos, alegrias e tristezas. Ninguém consegue progredir sozinho. O apoio da família é sempre fundamental. Por isso compartilho este grande momento com minha família. Lizete, minha esposa, é um exemplo de companheira dedicada, presente e compreensiva, em todos os momentos da caminhada. João Luiz, Daniel e Lizete filha são modelos de filhos obedientes e trabalhadores, os verdadeiros responsáveis pelo grande crescimento que o Tauá Hotel e Convention vem experimentando na atualidade. Nossa família tem sido enriquecida pela vinda de novos integrantes nos últimos tempos: Aline, Roberta e Sidney, que com naturalidade estão-se entrosando conosco, unidos no trabalho ou nas horas felizes.

Sou muitíssimo grato às empresas públicas e privadas que realizam no Tauá seus encontros de treinamento empresariais e comemorações. Contamos com centenas de nomes das maiores e mais conceituadas organizações brasileiras e multinacionais entre nossos clientes. Pela excelência dessas marcas e grandeza do seu porte, essas empresas movimentam o mundo dos negócios gerando oportunidades e empregos para milhares de homens e mulheres, fazendo acontecer o desenvolvimento do País. Sinto-me honrado e contente, pois muitas delas se encontram presentes aqui, por seus representantes. Saudamos seus Diretores, gerentes e assessores, altamente preparados e respeitados tanto pela competência como pelos valores pessoais. Tenho a satisfação de afirmar que, mais do que clientes, são todos amigos. Como somos gratos - eu, Lizete e meus filhos - por contar com eles como parceiros.

Da mesma forma, vejo os profissionais sérios e gabaritados das agências de viagens e do "trade", outros grandes parceiros com quem nos entrosamos no desafio de atender nossos clientes.

Com inteligência e agilidade, eles criam alternativas de lazer e diversão descobrindo novos roteiros e facilitando as viagens, aumentando a satisfação dos turistas. Temos neles, sem dúvida, outros grandes parceiros com quem compartilhamos os bons resultados do Tauá Hotel e Convention.

Noto também a presença de líderes religiosos e de entidades filantrópicas e assistenciais, que merecem todo respeito, pela dignidade de sua missão. São pessoas a quem estimamos com sinceridade e que, com sua presença, valorizam ainda mais este evento. Vejo ainda nesta ilustre platéia o rosto simpático de muitos amigos, das mais variadas profissões ou classes sociais, que me têm acompanhado há muitos anos, fiéis e solidários nas horas boas ou ruins. Como me faz bem sentir o calor de sua amizade!

Quero repartir o contentamento desta hora com os funcionários do Tauá, os companheiros de trabalho que nos ajudam em todos os níveis de serviços no dia-a-dia do hotel, com espontânea doação, comprometimento, suor e talento. Eles cumprem seus deveres com prazer, transmitindo paz e alegria, demonstrando que ali são felizes, e transformando a sua atividade em entretenimento. Para mim, atender de verdade é amar o cliente. A gente tem de receber bem, sorrir, dar atenção, compreender e ajudar. É bom ganhar a vida oferecendo um ambiente agradável e momentos de paz, diversão e trabalho a quem procura a nossa hospitalidade. Isso os funcionários do Tauá fazem com naturalidade, e já virou nossa marca registrada.

Nossas equipes já praticam a nossa filosofia de trabalho. A gente tem de acreditar nos sonhos. Todas as coisas são possíveis para aqueles que acreditam que são possíveis. A gente colhe o que planta. Há 20 anos estamos plantando boas sementes no Tauá. Hoje estamos colhendo a felicidade e os frutos dessas sementes.

Gostaria de aplaudir a todos e, em particular, a cada um dos presentes neste espaço nobre da Capital de Minas Gerais. São pessoas muito especiais, que admiramos e respeitamos e que ajudam o Tauá a ser o que é. São as pessoas mais importantes do mundo para mim e para minha família.

E é para vocês que trago essa notícia, com muito orgulho: o sucesso do Tauá já está saindo de Minas. Tenho a satisfação de informar que o Tauá Hotel e Convention abre suas portas, no próximo dia 5 de dezembro, em Atibaia, Município paulista situado a pouco mais de 50km da Capital de São Paulo, que possui um dos melhores climas do Brasil. Esse sucesso vocês também ajudaram a fazer. Muito obrigado a todos.

#### Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistirem a um vídeo em homenagem ao fundador do Grupo Tauá, Sr. João Pinto Ribeiro.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

## Apresentação Musical

O locutor - Neste instante ouviremos as músicas "Ingênuo", de Pixinguinha, e "All the things you are", de Oscar Hammerstein, que serão executadas pelos musicistas Ana Elvira Gomes, nos teclados, Elias Martins de Barros, no violino, e Walter Alves de Souza, no clarinete.

- Procede-se à apresentação musical.

### Palavras do Vice-Governador Antonio Augusto Junho Anastasia

Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da egrégia Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Desembargador José Nepomuceno, representando o Desembargador Sérgio Resende, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas; Rodrigo de Castro, Deputado Federal; João Pinto Ribeiro, estimado amigo e homenageado Presidente do grupo Hotel Tauá; Srs. Deputados Tiago Ulisses, Fábio Avelar e Wander Borges, autores do merecido requerimento; estimados Paulo Paiva, Presidente do BDMG, e Márcio Nunes, da Copasa; Roberto Fagundes, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas; Srs. Deputados; dignas autoridades; membros da comunidade do Tauá; ilustres familiares do meu amigo João Pinto, meus distintos amigos igualmente; senhoras e senhores, boa noite.

Estimado João Pinto, incumbiu-me o Governador Aécio Neves de estar aqui esta noite representando-o. Talvez, ao longo desses anos em que tenho tido a oportunidade de representar o Governador em muitos eventos, sem dúvida ele me presenteou nesta noite com a oportunidade de aqui, ainda que rapidamente, saudar a você, sua família e a toda a comunidade do Hotel Tauá.

Gostaria, ainda que de modo célere, de separar o meu pronunciamento em dois momentos. Em primeiro lugar, falarei sobre a obra, o hotel que comemora o seu 20º aniversário. Seria despidiêda, a essa altura, após os pronunciamentos que me antecederam, bem como o vídeo institucional do Hotel Tauá e Convention, a necessidade de reiterar a excelência, a qualidade, a inovação, o empreendedorismo dessa grande iniciativa empresarial, orgulho para todos nós, mineiros, o Tauá, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Faço questão de registrar e ressaltar sua especial delicadeza de me convidar muitas vezes para lá me hospedar e reconhecer a primazia da qualidade dos seus serviços e da amizade daqueles que nos recebem. Nem parece um hotel, mas a casa de um de nós. Cada vez que lá estivemos percebemos o incremento, a melhoria, as inovações. Com grande orgulho, nós, mineiros, podemos ter entre os melhores empreendimentos do Brasil o Hotel Tauá, tão próximo da nossa Capital. A expansão do grupo para São Paulo consolida de vez a marca e será o início de uma expansão ainda maior, não apenas no território mineiro, mas em todo território brasileiro.

Ao comentar e cumprimentar a obra, não poderia deixar de registrar, num segundo momento, o seu autor. Sei que não se trata de um trabalho isolado. A sua família está ao seu lado, conforme disse no seu discurso emocionado e emotivo. Há pouco você fez o registro de toda a comunidade e de seus colaboradores, extremamente qualificados. Mas o motor principal, a pedra angular sobre a qual se construiu o empreendimento é de João Pinto Ribeiro, personalidade, como vimos no vídeo os depoimentos, singular, especial, única. Tive a oportunidade, como disse, durante muitos anos, de conviver com o João Pinto Ribeiro. Muito aprendi com ele e, indiretamente, com sua família. Lembro-me permanentemente do ensinamento mais mineiro de todos que conheço - não me canso de repeti-lo -, da senhora sua mãe, D. Etelvina, a famosa frase: "E tem precisão disso?". Todos nós percebemos no seu comportamento a alma genuinamente mineira. Você colocou essa alma mineira à disposição da sociedade.

O Antônio Carlos Gomes da Costa, que aqui está, registrou e lembrou o Projeto Curumim. Temos o programa Mocatu, e poderia desfilar aqui outras tantas iniciativas de sua autoria e de suas equipes, como parlamentar, como Secretário e também como vitorioso empresário que tanto honra Minas Gerais, o seu nome, esse seu carinho, esse seu caráter especial, sua ética, sua boa-fé, sua expressiva sinceridade.

O Prof. Paulo Paiva, que aqui está, não vai se esquecer jamais, como eu, daquele dezembro de 1991, no primeiro mandato do Governador Hélio Garcia, quando o Secretário João Pinto compareceu ao gabinete do Secretário de Planejamento, o então Prof. Paulo Paiva, para reclamar de uma verba que não tinha sido destinada ao pagamento de empregados terceirizados. Ele foi ficando aflito, ansioso, bastante expressivo, digamos assim, em suas manifestações. O Secretário Paulo Paiva me convocou em seu gabinete - eu era o Secretário Adjunto - e logo determinou, apontando para mim: "A culpa é dele."

Mas o tema foi resolvido porque aprendemos a conviver, a prestigiar e a admirar o João Pinto, que tem, nessa sinceridade, a força do coração, a força da emoção, a força da sua fé e do seu ânimo. É um homem que acredita. Por diversas ocasiões tive oportunidade de assistir às suas palestras. Sempre o fiz com muito gosto e acredito que muitos aqui também tiveram essa oportunidade. A quem ainda não teve recomendo vivamente para significar, na plenitude da expressão, o que é o "self-made man", o homem que se fez por si mesmo, graças ao seu esforço, a sua inteligência, a sua criatividade e ao seu labor.

Meu caro João Pinto, todos nós, mineiros, muito o admiramos nessa sua trajetória do famoso João do Poste até o empresário vitorioso que está sendo homenageado. Minas Gerais, neste momento, por intermédio da Assembléia Legislativa, que representa o povo; pelo seu Poder Executivo, pelo seu Poder Judiciário e por tantos amigos que estamos aqui, falamos alto e bom som: parabéns, você merece.

### Palavras do Sr. Presidente

Quero renovar, com grande satisfação, a presença do Prof. Antonio Augusto Junho Anastasia, Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, e também a presença do Exmo. Desembargador José Nepomuceno, representando o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Sérgio Resende, com que alegria o revemos nesta Casa em que o senhor tem uma legião de admiradores e amigos; do Exmo. Sr. João Pinto Ribeiro, meu caro amigo, Presidente do Tauá Hotel e Convention, empresário vitorioso, com certeza, mas, na mesma dimensão, homem público com uma extensa folha de serviços prestados a nossa Capital e ao Estado de Minas Gerais; do Exmo. Sr. Deputado Federal Rodrigo de Castro, que abrilhanta esta solenidade com sua presença; do Exmo. Sr. Paulo Paiva, Presidente do BDMG; do Exmo. Sr. Márcio Nunes, Presidente da Copasa; do Sr. Roberto Luciano Fagundes, Vice-Presidente da Associação Comercial de Minas, representando essa entidade; dos companheiros de Parlamento, co-autores do requerimento que deu origem a esta oportuna e expressiva solenidade, caros Deputados Fábio Avelar, Tiago Ulisses e Wander Borges. Na pessoa desses companheiros, cumprimento todos os parlamentares presentes. Minhas senhoras, meus senhores e familiares de João Pinto Ribeiro, uma empresa genuinamente mineira e familiar, o Tauá Hotel tornou-se o maior centro de eventos do Estado e figura hoje como um dos três maiores do País. Comemorar, portanto, essas duas décadas de existência do empreendimento significa reconhecer a importância, para nossa economia, do turismo de lazer e de negócios, que tem no Tauá um de seus principais marcos. Minas Gerais, além de respirar história pela maior parte de seu território, é aquinhoada com uma natureza pródiga em grutas, montanhas e rios, favorável às explorações ecológicas e às viagens de aventura.

Tantos circuitos já existentes, como o do Ouro e o das Águas, além da própria Estrada Real, podem espelhar-se na experiência e no exemplo do Tauá, modelo de gestão comandada por Lizete e por João Pinto Ribeiro à frente de seus filhos, caracterizando-se pela total integração com o ambiente e com a população local.

Recrutados no seio da comunidade e devidamente treinados, seus empregados são a prova de que o turismo é motivo de redenção econômica, quando, além de melhorar a qualidade de vida da população, cuida de todos os impactos socioeconômicos provocados na região.

O hotel, hoje, é orgulho de Minas Gerais, tanto de sua população que busca um lazer de qualidade com descanso e diversão, quanto de suas empresas, que ali encontram o ambiente ideal para o treinamento ou a confraternização de seus funcionários. Proporcionando a todos um sadio contato com a natureza, por meio de passeios e trilhas ecológicas, faz com que seus hóspedes desenvolvam uma consciência ambiental, que adotarão em seu cotidiano, funcionando como agentes multiplicadores da tão necessária educação ambiental. Além de sua invejável estrutura, oferecendo de pistas de boliche a cinema, bem como vários espaços gastronômicos e um "spa", o hóspede encontra um acolhimento sempre atento e cordial, vindo de autênticos mineiros.

Por toda a satisfação que tem proporcionado tanto às famílias quanto aos muitos congressistas que vem abrigoando ao longo desses anos, o Tauá, símbolo de excelência no atendimento hoteleiro, merece esta homenagem da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado.

#### Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, um grupo de funcionários do hotel, liderados por João Luiz Ribeiro, fará uma homenagem aos presentes.

- Procede-se à apresentação musical.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 11, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 11/11/2008.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DOS AEROPORTOS, EM 15/10/2008

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Getúlio Neiva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os projetos do governo para o incremento da aviação no Estado e o impacto do aumento do número de vôos no Aeroporto da Pampulha sobre o trânsito, o meio ambiente e a segurança das residências localizadas em seu entorno. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luiz Antônio Athayde Vasconcelos, Subsecretário de Assuntos Internacionais, representando o Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Hélio Geraldo Rodrigues Costa Filho, Diretor de Planejamento, representando o Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, Presidente da BHTRANS; a Sra. Flávia Mourão Parreira do Amaral, Secretária Adjunta de Meio Ambiente de Belo Horizonte; o Sr. José Eugênio de Aguiar, Presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais; a Sra. Maria de Fátima Bosco Neri, Presidente da Associação dos Moradores da Região do Jaraguá; e o Sr. Osvaldo Dias da Silva, Vice-Presidente da Associação Comunitária dos Bairros Aeroporto, Jaraguá e Adjacências, representando o Sr. Edilson de Almeida Júpiter, Presidente dessa entidade, que são convidados a tomar assento à mesa. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Fábio Avelar, Presidente - Gil Pereira - Eros Biondini - Lafayette de Andrada.

#### ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 22/10/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.943 e 2.945/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães, Padre João e Wander Borges em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir as transições de governo nos Municípios. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Wander Borges - Ademir Lucas - Padre João.

#### ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2008

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Padre João, Antônio Carlos Arantes e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Padre João, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discussão e votação de proposições da Comissão e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou relatores os Deputados a seguir citados: Mensagem nº 295/2008 (Padre João); Projeto de Lei nº 2.721/2008, em turno único (Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.521 e 2.735/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Padre João.

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Ana Maria Resende e os Deputados Deiró Marra e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Deiró Marra, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.246 e 2.790/2008 (Deputado Deiró Marra); 2.776/2008 (Deputada Maria Lúcia Mendonça); 2.784/2008 (Deputada Ana Maria Resende); 2.787/2008 (Deputado Vanderlei Jangrossi); e 2.773/2008 (Deputado Carlin Moura). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.952, 2.953, 2.955, 2.957 e 2.958/2008. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Carlin Moura - Célio Moreira.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.721/2008

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

### Relatório

De autoria do Deputado Padre João, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Solidário das Mulheres Rurais do Povoado de Cachoeira do Livramento, com sede no Município de Abre-Campo.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.721/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Solidário das Mulheres Rurais do Povoado de Cachoeira do Livramento, com sede no Município de Abre-Campo, que possui como finalidade precípua desenvolver atividades que possam contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias e visem ao fortalecimento econômico e social da mulher do campo.

Além disso, proporciona-lhe atendimento nas áreas educacional, recreativa e cultural, oferecendo às mais carentes serviços de assistência social; protege a saúde da família, da infância, da adolescência e da velhice; combate a fome e a pobreza; orienta sobre a preservação do meio ambiente; promove a capacitação das trabalhadoras e seus familiares, visando à sustentabilidade da agricultura e da agroindústria.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.721/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2008.

Antônio Carlos Arantes, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.773/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada no Município de Viçosa.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.773/2008 visa dar a denominação de Escola Estadual Professor Cid Batista à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EJA, localizada na Cadeia Pública de Viçosa, no Município de Viçosa.

O projeto encaminhado pelo Governador tem o objetivo de prestar justa homenagem à memória do Prof. Cid Martins Batista, que prestou relevantes serviços à comunidade do Município de Viçosa na área educacional, tendo ocupado vários cargos administrativos. Foi vice-reitor e professor titular da Universidade Federal de Viçosa, professor visitante da Universidade Federal de Juiz de Fora, professor visitante da University of Arizona, USA, e consultor da University of Utah, USA.

Pelos relevantes serviços prestados à sociedade e por ter contribuído para a formação de gerações de alunos de Viçosa, a homenagem que lhe é prestada é oportuna e meritória.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.773/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2008.

Carlin Moura, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.784/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.784/2008 tem por objetivo dar denominação à Escola Estadual de São Simeão, situada no Município de Resplendor.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a este colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.784/2008 tem por finalidade dar a denominação de Escola Estadual Floriano Witt à Escola Estadual de São Simeão, localizada na Fazenda Floriano Witt, no Município de Resplendor.

Cabe ressaltar, inicialmente, que a proposta em tela decorre de solicitação do Colegiado Escolar da referida unidade de ensino, que, em reunião realizada em 19/5/2008, homologou, por unanimidade de seus votos, a indicação do nome de Floriano Witt para denominá-la.

O homenageado destacou-se na comunidade rural como cidadão exemplar. Fundou a Escola Estadual de São Simeão no ano de 1963, construindo as duas primeiras salas de aula para crianças da fazenda. Em 1980, sua mãe, Maria Pieper Witt, doou ao Estado uma área de 5.585m<sup>2</sup> para ampliação da escola, ocasião em que ele prestou relevantes serviços à comunidade, melhorando significativamente a qualidade de vida de todos.

Diante dessas considerações, é justa e meritória a pretensão de gravar seu nome no prédio da referida escola estadual.

#### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.784/2008, em turno único.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2008.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.787/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

#### Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe visa dar denominação a escola estadual localizada no Município de Oliveira Fortes.

Examinada preliminarmente a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.787/2008 visa dar a denominação de Escola Estadual Rubem Esteves Ruffo à escola estadual localizada no Município de Oliveira Fortes.

Ressalte-se que a pretensão do projeto de lei em análise decorre de pedido formulado pelo Colegiado do referido estabelecimento de ensino, que, em reunião realizada em 3/4/2008, homologou, pela maioria dos votos de seus membros, a indicação do nome apresentado para denominar a unidade.

Rubem Esteves Ruffo, natural de Oliveira Fortes, dedicou sua vida ao desenvolvimento desse Município. Exerceu as atividades inerentes ao cargo de Inspetor Escolar Distrital, ocasião em que muito colaborou com a educação dos jovens da comunidade. Também trabalhou na Coletoria e na Pagadoria do Estado, onde prestou excelentes serviços ao contribuinte e ajudou os servidores estaduais na solução de diversos problemas.

Portanto, trata-se de justa homenagem à memória de um cidadão que conquistou o respeito e a admiração de todos os oliveira-fortenses.

## Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.787/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, relator.

## Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 960/2007

### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 960/2007, de autoria do Deputado Antônio Carlos Arantes, que declara de utilidade pública a Chácara Pedacinho do Céu, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 960/2007

Declara de utilidade pública a entidade Chácara Pedacinho do Céu, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Chácara Pedacinho do Céu, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Gláucia Brandão.

## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 12/11/2008, a seguinte comunicação:

Do Deputado Tiago Ulisses, notificando o falecimento do Sr. Fernando Célio de Oliveira, ocorrido em 10/11/2008, nesta Capital. (- Ciente. Oficie-se.)

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 96ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 6/11/2008

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, depois de alguns dias distante desta tribuna, embora não distante deste Parlamento, aqui retorno já na condição de Prefeito eleito de Montes Claros, pleito que disputei nas últimas eleições. E volto exatamente para comentar, falar e agradecer a todos os que participaram dessa campanha de forma direta ou indireta. Falo em especial ao povo de Montes Claros, ao povo do Norte de Minas, mas falo também para todo o Estado de Minas Gerais porque, pela importância de Montes Claros como cidade-pólo, a quinta maior cidade de Minas, as coisas que ali acontecem repercutem em todo o Estado de Minas Gerais e no Brasil.

Nessa eleição em dois turnos, em que tivemos como candidata a Vice-Prefeita a Sra. Cristina Pereira, esposa do Deputado Gil Pereira, saímos do primeiro para o segundo turno com votação superior a 26 mil votos. No segundo turno, numa disputa difícil, equilibrada, em que não se pode negar a força do adversário, principalmente pelo uso da máquina pública municipal pelo atual Prefeito, acabamos logrando êxito e obtendo a vitória com votação superior a 83 mil votos, com 9.300 votos de frente em relação ao concorrente. Portanto, uma eleição maiúscula, afirmativa. Vencemos em quase todas as urnas da zona rural, em grande parte das urnas da zona urbana, consolidando, assim, um grupo político que, no segundo turno, contou com o apoio do Deputado Gil Pereira, além do apoio também dos Deputados Carlos Pimenta, Jairo Ataíde e da Deputada Ana Maria Resende. Esse apoio, somado ao trabalho e ao apoio do primeiro turno, levaram-nos à vitória no domingo, dia 26.

Queremos aproveitar a oportunidade para dizer que, passadas as eleições, cumpre-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, descer do palanque e passar a verificar a política de Montes Claros como um grande desafio, uma administração pública municipal como marca a ser quebrada, como grandes obstáculos a serem vencidos, diante grandes desafios, realmente, que se antepõem à cidade a partir de agora.

Eleito Prefeito com 53% dos votos dos montes-clarenses, tenho a convicção de que passo a ser Prefeito de toda a cidade, de todos os segmentos, inclusive dos que não votaram em mim, porque, segundo a proposta que fizemos, não queremos uma Montes Claros para alguns nem para muitos; queremos trabalhar por uma Montes Claros para todos. Por esta razão ainda ontem estivemos em Brasília, onde contactamos alguns Ministros do governo Lula - o Ministro Hélio Costa, das Comunicações, e o Ministro Márcio Fortes, das Cidades. Fomos buscar verbas, garantias de obras em Montes Claros, para o próximo ano. Estivemos também com Deputados Federais votados em Montes Claros e no Norte

de Minas, especialmente com os Deputados José Fernando Aparecido, Márcio Reinaldo, Fernando Diniz, Humberto Souto e Saraiva Felipe. Contamos também com o apoio do Deputado Jairo Ataíde, que retornará àquele Parlamento a partir do próximo ano, a fim de que contemos com verbas orçamentárias para enfrentar o conjunto de obras necessárias e inadiáveis para a nossa cidade.

Queremos também contar com todos os colegas Deputados desta Casa, os quais, até agora, irmanaram-se conosco nessas lutas. Tive - posso testemunhar isso -, a melhor amizade, o maior companheirismo de todos os parlamentares desta Casa, os quais mantiveram conosco um tratamento de solidariedade, de verdadeira amizade. Sou obrigado a deixar esta Casa com um misto de expectativa diante do desafio pela frente e de grande sentimento de perda pelos amigos que deixaremos aqui, em especial a Bancada do Norte, composta pelos Deputados Carlos Pimenta, Ruy Muniz, Gil Pereira, Arlen Santiago, Ana Maria Resende, Elbe Brandão e Paulo Guedes. Esperamos continuar recebendo o apoio desses Deputados que têm base política em Montes Claros e atuação no Norte de Minas. Embora tenha sido Prefeito de Montes Claros duas vezes e esteja indo para o meu terceiro mandato, são inúmeros os desafios e os problemas que se avizinham. Precisamos contar com essa presença tão próxima, direta e permanente desses parlamentares.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Queria agradecer-lhe o aparte e aproveitar esse momento para cumprimentá-lo pela brilhante vitória com a Vice-Prefeita, esposa do companheiro Gil Pereira, a odontóloga Cristina, que certamente o ajudou muito nessa caminhada. Com toda a equipe do PDT, tivemos a oportunidade de apoiá-la no segundo turno. Além disso, queria deixar à sua disposição o nosso trabalho como parlamentar. V. Exa. está fazendo uma peregrinação importante, mostrando que o Deputado Luiz Tadeu Leite está preparado para administrar a 5ª maior cidade de Minas Gerais. Tivemos, com o Deputado Gil Pereira e com a Deputada Ana Maria Resende, uma audiência para mostrar a importância do governo do Estado em Montes Claros. Teremos uma audiência com o Governador Aécio Neves para cumprimentá-lo e mostrar que Montes Claros tem, em sua pessoa e na pessoa dos Deputados, uma base sólida para governar.

É fundamental ir a Brasília, ter bom trânsito em Belo Horizonte - aliás, você o tem -, porque administrar Montes Claros é um desafio. É a 5ª maior cidade de Minas e a 16ª economia do Estado, portanto, um desequilíbrio muito grande. Precisamos conseguir fazer com que esse desequilíbrio não seja tão evidente. Precisamos de recursos para a saúde, para atender ao desemprego, ao grande déficit habitacional, e tenho certeza absoluta de que V. Exa. fará uma belíssima administração. V. Exa. tem o apoio do povo de Montes Claros. Tanto sua eleição quanto a da Cristina significam o adiantamento do povo de Montes Claros no comando da Prefeitura. Conte conosco. Vamos ajudá-lo a fazer a bela administração para a qual V. Exa. está preparado e de que Montes Claros precisa. Que Deus te ilumine, te acompanhe, te dê muitas bênçãos e proteção! Conte com os seus companheiros não só da Bancada do Norte, como também desta Casa, que aprendeu a respeitá-lo. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Quero ressaltar que o governo do Presidente Lula já tem obras expressivas em andamento em Montes Claros. Destaco a usina de biodiesel como uma das principais que está sendo concluída. Precisamos continuar com esse apoio do Presidente Lula. Temos 10 Ministérios de partidos que integraram a nossa coligação. Estivemos ontem, aliás, com dois dos Ministros e vamos buscar o apoio de outros a fim de enfrentarmos os desafios e implementarmos as obras necessárias a nossa cidade. Além disso, são destacadas hoje, embora pouco divulgadas, a presença e a participação do Governador Aécio Neves em obras estruturantes da nossa cidade. Merece destaque a estação de tratamento de esgoto, que é uma das primeiras estações de Minas Gerais. Ela irá despoluir o Rio Verde Grande, tirando de lá o esgoto. É uma obra de futuro em respeito ao meio ambiente.

Temos também a duplicação da Avenida Magalhães Pinto, que dá acesso ao aeroporto da cidade. Trata-se de uma obra importantíssima que está sendo construída com verba do governo do Estado. Precisamos continuar tendo o apoio tanto do governo federal quanto do governo do Estado para que essas obras tenham prosseguimento, além de outras que iremos buscar.

O Deputado Carlos Pimenta disse muito bem, são três os desafios mais importantes a serem enfrentados em Montes Claros: saúde, emprego e segurança. O Prefeito eleito, bem como sua equipe, teremos de enfrentar esses três vetores para melhorar a qualidade e o padrão de saúde que hoje se pratica em Montes Claros para quem depende da saúde pública. A cidade é hoje um excelente centro de saúde para a região Norte de Minas. Quem tem plano de saúde, que pode pagar uma saúde privada, não pode reclamar, mas para quem depende da assistência médica, das unidades de saúde, do SUS, é difícil, pois esse atendimento tem deixado a desejar, o que foi feito não chegou como benefício para a população.

No que se refere a emprego, é necessário que as indústrias voltem para Montes Claros. É necessário que seja uma cidade atraente para oferecer empregos para os jovens e para pais de família desempregados. Esse é um desafio importante.

A segurança é um outro ponto importante. Ainda hoje o Secretário de Defesa Social, Maurício Campos Júnior, está recebendo um título muito justo ofertado pela Câmara Municipal, pelo seu trabalho realizado em Montes Claros. Foi um grande trabalho no segmento de segurança pública, mas percebemos que há ainda um clima de insegurança na cidade. Portanto, esses três vetores terão de ser prioridades do próximo governo. Só conseguiremos enfrentar isso com o apoio desta Casa, dos Deputados da Bancada do Norte, do Governador Aécio Neves, que já tem feito muito por Montes Claros e esperamos que faça mais a partir do ano que vem, coroando a sua obra de governo com o trabalho que com certeza fará em favor da nossa cidade.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)\* - Parabênico V. Exa., Deputado Luiz Tadeu Leite. Tenho certeza de que Montes Claros fez uma bela escolha. A partir de 1º de janeiro, V. Exa. estará governando Montes Claros.

Ontem, em Brasília, pude sentir o carinho que Deputados e Senadores têm por V. Exa., até o Presidente do Senado, Garibaldi Alves, seu colega, que foi Prefeito de Natal quando V. Exa. o era em Montes Claros. Ele disse que os Ministérios em Brasília estarão de portas abertas para Montes Claros. Da mesma forma, Deputados de todos os partidos vieram abraçar V. Exa., demonstrando o carinho que V. Exa. tem na Câmara Federal e no Senado, bem como o apoio que terá para governar Montes Claros.

Da mesma forma, quero dizer que o governo do Estado, por meio do Governador Aécio Neves, do Vice-Governador Anastasia e de toda a sua equipe, vai dar-lhe muita sustentação porque sabe que V. Exa. é um excelente gestor, sério, correto e que já administrou a nossa cidade por dez anos. V. Exa. mostrará a Minas Gerais e ao Brasil que será, novamente, um dos melhores Prefeitos, não só daquela cidade, mas do nosso Estado e do nosso país. Parabéns. Que Deus abençoe V. Exa.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Agradeço as palavras do Deputado Gil Pereira, que foi companheiro de primeira hora nessa campanha. Ele fez um trabalho magnífico, com sua esposa, Cristina Pereira, eleita Vice-Prefeita, junto conosco. Realmente, a presença da mulher, pela primeira vez em 151 anos de história de Montes Claros, para nos ajudar na administração de nossa cidade é um feito histórico. Essa eleição foi muito bem recebida pelas mulheres e por todos de Montes Claros como um grande fato político. Isso se deu graças à presença e ao trabalho importante do Deputado Gil Pereira.

Pena, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, no final do ano, tenhamos de deixar esta Casa, mas por razão imperiosa e levados a uma missão mais específica - não sei se mais importante -, mas muito mais relevante, pelo menos para nós, de Montes Claros, que é o resgate da dignidade do povo de nossa cidade, para que seus cidadãos possam novamente ter vez e voz, se Deus quiser. Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Pediria ao nobre Deputado Luiz Tadeu Leite que não se afastasse da tribuna, porque meu pronunciamento diz respeito exatamente à sua assunção ao cargo de Prefeito de Montes Claros. Gostaria de dar aqui meu testemunho porque, juntos, em 1983, assumimos as prefeituras de nossas cidades. Em 1990, também juntos, fomos Deputados Federais. Ao longo do tempo, sempre verificavam as suas enormes qualidades e, nessa campanha, torci por sua eleição, como um irmão, como um companheiro que sofre, tal como V. Exa., em razão das condições de uma região empobrecida e enfraquecida, como a nossa, do Norte e do Nordeste de Minas Gerais. A última grande cidade do Norte é Montes Claros, em direção à Bahia e ao Distrito Federal. A última grande cidade de Minas em direção ao Sul e ao Oeste da Bahia é a nossa Teófilo Otôni. As condições das duas cidades são parecidas. Gostaria de confessar, até mesmo aos Deputados Carlos Pimenta e Gil Pereira, que quando me mudei de Minas Novas para Teófilo Otôni, na década de 50, ainda tínhamos matas. Hoje não mais as temos. O Polígono das Secas, que apenas tangenciava Minas Gerais, com o desmatamento, foi-se ampliando, ampliando, ampliando, e hoje assistimos ao sofrimento dos gestores públicos daquela região que tentam resolver o problema da água, que é grave. Sei, Deputado Luiz Tadeu Leite, de seu talento, de sua competência, de sua dedicação e de seu amor a Montes Claros, mas, sobretudo, faço um elogio aberto à bancada do Norte: a união dos Deputados do Norte de Minas certamente dará a V. Exa. a estrutura necessária para que Montes Claros dê um salto de qualidade em favor da vida de seu povo. Dizia aqui, no início de 2007, que a nossa região, de tão esquecida, de tão deixada, de tão afastada dos interesses do governo, vivia apenas dos poetas, dos cancioneros populares e da mística do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas. Falava-se muito, mas fazia-se pouco. Graças a Deus, no governo Aécio Neves isso mudou. Para cada R\$1,00 aplicado na área social no restante do Estado, R\$2,00 são destinados para essas duas regiões mais enfraquecidas e empobrecidas de Minas. Nesta minha homenagem a V. Exa., Deputado Luiz Tadeu Leite, gostaria de ressaltar que, no princípio de 2007, eu dizia que nossa região estava destinada a produzir apenas duas coisas: cascavel e micróbio. Realmente, faltava tudo. No entanto, houve uma mudança nesse clima, com a atuação do Governador Aécio Neves. Estimo que V. Exa. tenha o suporte do governo do Estado, tão necessário para que as indústrias se consolidem na região. Em algumas fases da nossa história, os esqueletos das indústrias estavam em Montes Claros, mas elas não funcionavam. Deputado Luiz Tadeu Leite, meu amigo, companheiro e irmão, sentiremos sua falta no Plenário desta Casa. Todavia, sei que a bancada do Norte, à qual me integrei no ano passado, não vai desampará-lo. Quero continuar fazendo parte dessa bancada neste ano e nos próximos, a fim de dar-lhe o suporte de que necessita. À guisa de brincadeira, nesta semana devo encaminhar à Prefeitura, para que V. Exa. o receba no dia 1º, um saco de sal grosso, para que tempere os "pepinos" que vai encontrar. Que Deus lhe conceda muita sorte e felicidade.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)\* - Deputado Getúlio Neiva, nosso tempo de convívio já ultrapassa um decênio. Basta lembrar que militamos desde 1983, quando V. Exa., ainda jovem, foi eleito Prefeito de Teófilo Otôni, e eu também, ainda muito jovem, Prefeito de Montes Claros. Naquela época fizemos administrações marcantes porque estávamos vivendo uma época propícia. Creio que agora o momento é ainda mais propício, tendo em vista a abertura promovida pelos governos federal e estadual e o apoio às nossas cidades. É um momento muito bom para que um Prefeito realize uma obra à altura da expectativa do povo. Agradeço à Bancada do PMDB, da qual V. Exa. faz parte, bem como aos companheiros de partido em nível nacional, em especial ao Presidente Michel Temer, que participou de nossa campanha política em Montes Claros, ajudou-nos concretamente. Agradeço ainda ao Presidente Estadual do PMDB, Deputado Fernando Diniz, que sempre esteve presente, participando também da nossa campanha. Enfim, agradeço a todos os que participaram. Agradeço a V. Exa. a torcida e o apoio. Levarei em meu peito uma grande saudade dos momentos agradáveis que vivemos, pois aqui convivemos como irmãos, companheiros. Graças a Deus convivo muito bem com todos os Deputados desta Casa. Aliás, é isso o que levamos da vida: as amizades eternas e verdadeiras; e quero levar, especialmente, a que tenho e quero manter com V. Exa. Obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço-lhe, Deputado Luiz Tadeu Leite. Que Deus ilumine V. Exa. a fim de que possa garantir um destino muito melhor para Montes Claros. Que Deus ilumine também os outros companheiros da bancada do Norte. Sr. Presidente, concluindo meu pronunciamento, solicito aos companheiros Deputados e Deputadas que fiquem atentos, pois na próxima terça-feira teremos em Plenário, para votação em 1º turno, a lei do ICMS Solidário. Com a redistribuição do ICMS, 734 Municípios serão beneficiados. Conseguimos passá-la, em última instância, na Comissão de Fiscalização Financeira. É importante pedir aos Deputados que, na terça-feira, aprovemos essa matéria em 1º turno a fim de encaminhá-la rapidamente para votação em 2º turno, pois o tempo é curto. Teremos de fazer isso até o final do ano e, como sabemos, a pauta está sobrestada em razão de alguns vetos.

Aproveito para dar uma notícia aos Oficiais de Justiça: há uma natural tendência de votação contrária aos vetos opostos à legislação que construímos ao longo de seis anos. Todavia, temos de dizer aos companheiros que trabalham na Justiça, ou seja, aos operadores da Justiça, que temos de ter quórum qualificado a fim de que a votação ocorra sem problemas. Com exceção do art. 67, sobre o qual ainda não conseguimos consenso, os demais artigos já estão acertados. Os vetos, certamente, serão derrubados por esta Casa; isso se dará não só como uma demonstração de carinho dos Deputados de Minas Gerais, mas também como um reconhecimento da importância da categoria. Quero dizer, alto e bom som, que me orgulho de, em 2007, ter dito em meu último pronunciamento que não paralisaria minhas atividades enquanto não fosse aprovada a Lei de Reorganização Judiciária de Minas Gerais. Graças a Deus, os companheiros Deputados entenderam essa necessidade. Houve uma completa reformulação, e vai haver uma ampliação da Justiça. Estamos muito felizes com isso, pois se trata de um projeto que ficou em tramitação nesta Casa durante seis anos. É mais que justo viabilizar remuneração digna para aqueles que operam a Justiça em nosso Estado.

Meus caros colegas, gostaria de comunicar também que requeremos o decurso de prazo do projeto de lei que trata do pagamento das dívidas do Estado com o Ipsemg. Deveremos ter condições de colocá-lo na pauta também na próxima semana. Trata-se de um projeto muito importante, porque dele depende o pagamento de R\$711.000.000,00 de precatórios do Ipsemg dos pobres velhinhos que há 10, 15 ou 20 anos aguardam as suas indenizações. O projeto deve ter entrado na pauta de hoje; se não entrou, conferiremos a leitura do requerimento. Teremos então a oportunidade de dar à Justiça, na última conciliação deste ano, que me parece acontecerá no dia 17 de dezembro, a possibilidade da quitação dos precatórios dos velhinhos. No ano passado, aprovamos uma prioridade para o pagamento na ordem seqüencial das pessoas com mais de 60 anos de idade.

Sr. Presidente, volto a apelar para que a Presidência desta Casa faça extraordinariamente um apelo, por telegrama ou por telefone, para que todos os Deputados estejam aqui para votarmos os vetos. Precisamos concluir essa votação, para dar andamento aos muitos assuntos que estão em tramitação na Casa, nesta reta final. Não podemos encerrar o ano sem dar a Minas Gerais a resposta que esta Casa precisa dar.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Serei bem breve. Quero cumprimentá-lo e testemunhar as suas palavras por meio das ações que são desenvolvidas neste Plenário, ao longo dos últimos meses, em relação à discussão do projeto, às coisas acertadas aqui e aos vetos que vieram do Palácio. Acredito que a Casa já tem uma consciência bastante formada a respeito das nossas responsabilidades sobre essa matéria. Ontem quase conseguimos o quórum para votar os vetos. Acho que, em poucos dias, esses vetos estarão votados. Quanto à votação sob o regime secreto, sou absolutamente contrário a esse tipo de votação, que deveria ser clara. Não poderia existir votação secreta. Os gestos e as responsabilidades dos Deputados devem ser assumidos. Há gente que tem compulsão por votação secreta. Quando se fala em votação secreta, só Deus sabe o que vem. Continuaremos com nossa tese de derrubar, de vez, o voto secreto. A democracia pressupõe transparência absoluta. Vou lutar para que, na semana que vem, possamos colocar um ponto final nessa questão, não só pelo trabalho ou pela presença de vocês mas também por tantas pessoas espalhadas por todo o Estado. De minha Montes Claros, recebo "e-mails" quase diariamente. A minha posição é muito tranquila.

Deputado Getúlio, quero chamar a atenção porque, após a votação dessa matéria, um projeto meu deverá entrar em votação. Ele trata de dar condição aos Oficiais de Justiça de adquirirem o seu veículo de uma forma barata. O automóvel, para o Oficial de Justiça, é, acima de tudo, um instrumento de trabalho. Ora, os taxistas e outras categorias já têm isenção. No entanto, o Oficial de Justiça tem comprado o seu veículo no preço normal. Pelo meu projeto, o Estado dará também isenção de impostos para que o Oficial de Justiça possa ter o seu instrumento de trabalho. Espero que, com essa onda favorável, o nosso projeto prospere. Lutaremos para colocar o projeto em votação o mais rápido possível. Temos de fazer justiça a uma classe que trabalha tanto pelo nosso Estado. O meu pai é Juiz de Direito. Convivi com os Oficiais de Justiça a vida

toda. Posso testemunhar o valor e a importância da categoria para a Justiça e para o povo de Minas Gerais. Parabéns. E parabéns a vocês.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço o aparte do nobre colega Deputado Carlos Pimenta. Peço ao Presidente mais alguns minutos, para duas considerações. Primeiro, quero esclarecer aquele equívoco que aconteceu aqui, ontem, quando o Deputado Antônio Júlio se posicionava contrariamente à votação, naquele instante, dos vetos, porque sabia - conhecemos também um pouco a Casa, mas ele a conhece mais, pois foi seu Presidente - que não tínhamos quórum qualificado. Houve uma pequena manifestação do público, que o irritou. Realmente aqui, às vezes, a preocupação é muito grande. Quero dizer que o PMDB não saiu desta Casa por nem uma dessas seis semanas em que não houve votação. Sua Bancada estava aqui completa. Não falhamos. Estávamos aqui. Já tínhamos posição fixada, formalizada pela derrubada dos vetos.

O Governador está apenas atendendo a um pedido do ex-Presidente do Tribunal de Justiça. Que fique bem claro a toda Minas Gerais que a posição do Governador é respeitar o Poder Judiciário e acatar o pedido do Presidente do Tribunal. Não é sua decisão opor esses vetos ao projeto de lei que construímos ao longo de tantos anos, com tanta dificuldade.

Justificadas essas duas facetas, Sr. Presidente, agradeço penhoradamente a todos. Digo a vocês que agora cabe uma ação do sindicato da categoria para contatar os Deputados. Vamos chegar aqui na terça-feira para tentar derrubar os vetos e sobretudo abrir a pauta para assuntos muito importantes que ainda temos a tratar. Um abraço a todos, especialmente ao meu grande Líder, Deputado Carlos Mosconi.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembléia, primeiramente cumprimento os funcionários da Justiça, os Oficiais que aqui se encontram. Espero que em breve tenhamos uma solução justa para o problema. É claro que a Casa precisa votar o projeto e o fará. Não tenho dúvida de que haverá uma solução na próxima semana, de acordo com a reivindicação de vocês, que consideramos extremamente justa e correta. Isso nos dá o alento de que a solução será encontrada definitivamente na próxima semana.

Sr. Presidente, gostaria de comunicar que ontem participei de uma audiência importante na Secretaria de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, em Brasília, para tratar da questão dos transplantes em Minas Gerais. Estava acompanhado do Presidente do MG Transplantes, Dr. Charles Simão, e do Deputado Federal Geraldo Thadeu. Conversamos com a Dra. Cleusa Rodrigues da Silveira Bernardo e com o Dr. Beltrame. O problema dos transplantes atinge milhares de pacientes no nosso Estado. A situação é extremamente precária hoje. O transplante é um procedimento universalmente reconhecido, aceito, factível e que vem sendo realizado há muito tempo em várias cidades do nosso Estado. São diversas as equipes e hospitais credenciados. Essa área sofre algumas crises em determinados momentos, como agora. Ainda que o MG Transplantes tenha uma estrutura razoável, uma equipe de primeira categoria que desenvolve um trabalho excelente, a política praticada deixa muito a desejar. As coisas não acontecem, não andam, vemos algumas equipes deixando de realizar transplantes, assim como alguns hospitais. São várias as situações no Estado. No início deste ano, um cirurgião importante de Belo Horizonte, um transplantador emérito, resolveu ir embora do Brasil porque não há condições para trabalhar aqui. E foi para os Estados Unidos. Lá o procedimento é feito a todo momento, diferentemente do que ocorre aqui. No Hospital Universitário Alzira Velano, de Alfenas, considerado um dos melhores de Minas e do Brasil, que tem uma equipe qualificada e toda a infra-estrutura, de repente não é mais possível fazer o procedimento. Pararam de fazer transplante. Isso acontece em Pouso Alegre, cidade que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva conhece tão bem, ele que é de Ouro Fino e trabalha muito naquela região, onde o hospital tem condições e equipe preparada e qualificada para fazer transplante, mas eles não querem mais fazer transplante. A situação é delicadíssima, precária e difícil, e o sistema de saúde não contribui em nenhum aspecto para facilitar essa situação. No fim, o transplante acaba sendo um procedimento extremamente trabalhoso, complexo e difícil sob todos os aspectos, gerando nas equipes o medo de se verem envolvidas com o Ministério Público. A situação é mesmo delicada, e é justamente por isso que o Ministério Público tem de agir e estar ciente. As equipes credenciadas para o transplante precisam de estrutura para poder viver dentro dessa realidade. Elas não podem ficar à mercê de situações absolutamente precárias, com seus nomes envolvidos, muitas vezes injustamente, em situações duvidosas, que trazem um risco e um receio muito grande a essas equipes. Vejo com muita preocupação essa situação. Tenho relação com profissionais jovens, recém-saídos de residências e faculdades, profissionais muito preparados e altamente qualificados para fazer o transplante, porque gastaram anos de sua vida, cinco anos de residência médica, para exercer bem a profissão, mas, ainda assim, eles não querem envolver-se com transplante. Fico penalizado, Deputado João Leite, porque existem milhares de pessoas que precisam de transplante de rim, de fígado, de córnea, de coração, de pulmão, de tudo, e nós não andamos, não caminhamos nessa área como deveríamos. Louvo muito o Dr. Charles Simão, que é o Presidente do MG Transplantes, e a Secretaria de Saúde, que realmente querem ou fazem um esforço muito grande para fazer esse tipo de trabalho, apesar de a resposta não ser a melhor, ou seja, continua sendo muito precária. Vejo essa dificuldade. Nós que vivemos nessa área assistimos a milhares de pacientes fazendo hemodiálise, sem chance de fazer um transplante de rim, ou de fígado, ou de coração. É uma situação gravíssima, muito difícil, e o problema poderia ter solução. Realmente, na medicina existem situações que são mesmo muito difíceis, mas, no caso do transplante, já é a solução que cura o paciente e que oferece a ele uma condição de vida muito melhor e muito mais digna. O paciente transplantado tem chance de voltar ao seu convívio familiar e social, e até ao seu ambiente de trabalho, enquanto que, se não consegue realizar o transplante, ele fica absolutamente limitado sob todos os aspectos, com tremendo custo pessoal e psicológico e com custo financeiro igualmente grande não só para ele, mas para sua família e para o sistema de saúde. Essa situação, meu caro Deputado João Leite, merece uma avaliação mais profunda do sistema de saúde. Então, que o sistema de saúde ouça o Judiciário e se sente com o Ministério Público para encontrar uma saída em favor do País e da população que necessita desse procedimento. Gostaria de chamar a atenção da Casa para essa reunião em Brasília, que, de certa maneira, foi produtiva, mas, por outro lado, também nos mostrou uma certa ineficiência e passividade do Ministério da Saúde, ao não entrar firme nessa questão. Com prazer, concedo aparte a V. Exa.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Carlos Mosconi. Acompanho o seu pronunciamento com emoção de ver que, além de Deputado, V. Exa. é um médico que tem amor pelo povo de Minas Gerais que está nas filas aguardando por um transplante. Conheço vários casos e pessoas que experimentaram o transplante e que tiveram sobrevida com muita qualidade. Eu, especialmente, acompanhei o caso desse médico de Belo Horizonte que voltou para os Estados Unidos após ter sido acusado aqui. É lamentável que, nesses casos, percebemos a precipitação de pessoas que, como eu, entendem pouco, mas se intrometem em questões muito técnicas. Acompanhei a prisão do médico responsável pelos transplantes no Rio de Janeiro, e a acusação era de que ele tinha furado a fila. Será que furou mesmo? Será que, se ele não agisse imediatamente, escolhendo essa pessoa, ela viveria mais tempo? Devemos ter muito cuidado com isso, e V. Exa. faz esse alerta. Os médicos devem ser ouvidos e, em algum momento, devemos confiar neles. Essa caça às bruxas, aos médicos, fez com que Minas Gerais e o Brasil perdesse, talvez, um dos melhores especialistas em transplantes, que voltou para os Estados Unidos porque não conseguiu mais exercer sua especialidade em nosso Estado, alguém que fez tanto pelas pessoas.

Acompanho seu discurso emocionado. Parabéns por esse alerta que faz a toda a Minas Gerais.

O Deputado Carlos Mosconi\* - Agradeço muito o aparte de V. Exa., que vai ao fundo da questão. Como agir diante do receio que as pessoas têm? Hoje existe a judicialização da medicina, mas esta não pode servir apenas para punir o médico. Deveriam ser estabelecidos critérios razoáveis e fortes ou haver o acompanhamento do processo antes da escolha. Dizer apenas que alguém furou a fila não é suficiente. Depois que o médico é preso, descobre-se que não furou fila nenhuma. Esse médico do Rio, por exemplo, já foi inocentado por unanimidade pelo Conselho Regional de Medicina, mas e o nome dele, e a sua honra e dignidade profissional? Para onde foram? Posso citar o caso de um outro médico, da minha cidade, que foi embora para Manaus por ter sido alvo de uma denúncia que não se comprovou. Ele foi inocentado, por unanimidade, por todos os tribunais onde foi julgado, mas não pôde mais exercer a profissão na sua cidade, apesar de estar plenamente preparado.

Exponho essa situação porque devemos debruçar-nos sobre ela com muito cuidado, pois isso traz o prejuízo da vida. Então, se não

encontrarmos a solução adequada para uma questão tão grave como essa, ela causará a perda da vida de milhares de pessoas.

Após falar de uma situação triste, falarei de algo alegre. Hoje é o aniversário de Poços de Caldas, que faz 136 anos. Não estou lá para a comemoração em razão dos nossos trabalhos, mas quero enviar meu abraço à população de Poços de Caldas e manifestar minha satisfação, meu orgulho e minha alegria por viver lá. Sou de Andradadas, mas vivo em Poços de Caldas desde 1975, há 33 anos. Lá, eu fiz a minha vida profissional, familiar, social e política, portanto devo demais àquela cidade. Todos que a conhecem sabem que ela é privilegiada sob muitos aspectos: tem o 1º IDH de Minas Gerais e o 22º do Brasil; sua infra-estrutura é poderosa, não existe nenhuma casa sem luz elétrica, água encanada ou esgoto; fica no alto do planalto e tem um clima superprivilegiado; suas águas quentes e sulfurosas estão entre as melhores do mundo, não só do Brasil, atingindo 47º na fonte, com alto teor de enxofre e poderes curativos dos mais variados e comprovados.

Portanto, cumprimento a população de Poços de Caldas e o Prefeito Sebastião Navarro, que está terminando seu mandato após uma das melhores administrações, na opinião de todos. Sua administração está marcando uma época na cidade, com qualidades inúmeras e obras importantes para a infra-estrutura e para o bem-estar do povo.

Ele fez obras importantes na área da educação, como escolas e creches. Fez ainda obras na área da saúde, que sempre é uma área difícil e complicada. Mas a cidade tem, sem dúvida alguma, uma infra-estrutura invejável, se a compararmos com outras cidades do nosso país.

Cumprimento ainda o Vice-Prefeito Paulinho Courominas, que fez também um ótimo trabalho. Ele ajudou muito o Prefeito Sebastião Navarro. Agora, é eleito Prefeito com a Vice-Prefeita Gláucia Boaretto.

Quero manifestar minha satisfação e meu orgulho por viver nessa cidade. Já me sinto da cidade, depois de tantos anos ali convivendo com aquele povo trabalhador, correto, ordeiro. Tivemos na eleição uma demonstração de maturidade cívica do povo, uma campanha limpa e correta. Realmente, o processo eleitoral foi destituído de problemas. A cidade está de parabéns. Espero que continue na sua saga de desenvolvimento, beneficiando a toda a sua população e àqueles que a procuram para viver. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumprimento de forma especial o público presente, os Oficiais de Justiça, o sindicato dos servidores da Justiça, que estão paralisados há mais de 15 dias. Cumprimento ainda os servidores públicos que ocupam as galerias no intuito de ver derrubados os vetos à proposta de lei orgânica do Judiciário. A derrubada desses vetos é importante. Esperamos contar com a compreensão de todas as bancadas, de todos os partidos. É importante que os Deputados se façam presentes em Plenário para que possamos garantir a derrubada dos vetos. Isso será de fundamental importância para os Oficiais de Justiça do nosso Estado.

Venho hoje comentar dois fatos. Um é extremamente positivo, mas o outro me deixa um tanto quanto preocupado. O positivo e alvissareiro deixa, sem dúvida nenhuma, o mundo esperançoso e sem medo. Estou falando da eleição do democrata Barak Obama para presidir a maior nação do mundo, os Estados Unidos da América.

Essas eleições nos Estados Unidos têm pontos que a diferenciam. Rememoramos aqui a época em que os Estados Unidos passaram por um das maiores crises econômicas, a crise de 1929. Vimos, como consequência disso, o fortalecimento do nazifascismo no mundo. Hoje a maior potência econômica do mundo vive uma outra crise, talvez de dimensões maiores do que a de 1929, mas o povo tem uma resposta num campo diferenciado. A resposta que o povo dos Estados Unidos aponta nas urnas é a mudança, o fortalecimento dos valores humanitários maiores.

A eleição de Barak Obama reforça o sentimento popular de que o mundo clama por mudanças, pela reformulação do sistema capitalista que vigora hoje, especialmente sob o comando de George W. Bush. A sua vitória traz alguns elementos que podem, sem dúvida alguma, representar o caminho dessas mudanças. Ele é o primeiro Presidente afro-americano a ocupar a chefia máxima dos Estados Unidos da América, mas o caráter ético, o fato de Obama ser um afro-americano por si só não é o mais importante. A Sra. Condoleezza Rice, Secretária de Estado americana, é também uma afro-americana, e nem por isso defende os valores humanitários por meio dos quais a população africana, os afros do mundo todo e do mundo especial se coadunam. Condoleezza Rice esteve sempre à frente, junto a George W. Bush, na agressão ao mundo. Então, não é, por si só, o fato de Barak Obama ser um negro a novidade das eleições, mas o sentimento que ele carrega em si, manifestado pela população dos Estados Unidos, que demonstrou, através da participação no voto, ao ir às urnas, que o mundo clama pela paz, pelo fim das intervenções promovidas pela maior potência imperialista do mundo, pelo maior exército, que tem invadido o Iraque, o Afeganistão.

O mundo clama pela autodeterminação dos povos, pelo respeito à independência dos povos e à soberania dos países. Também clama por um maior diálogo com a América Latina, com a América do Sul, uma maior integração do continente sul-americano com o norte-americano. O mundo clama pelo fim do nefasto bloqueio promovido pelos Estados Unidos ao pequeno país logo abaixo, Cuba. O fim desse bloqueio se impõe como uma questão inadiável. Para o Presidente eleito dos Estados Unidos ser coerente com o sentimento de mudança ao mundo, o povo estadunidense demonstrou nas urnas, ele tem que imediatamente pôr fim ao bloqueio ao país vizinho, Cuba, aproximar as relações diplomáticas com a Venezuela, com a Bolívia, os países sul-americanos e rever a política de subsídio aos produtos agrícolas que hoje os Estados Unidos promovem para dismantelar e impedir o desenvolvimento igualitário das economias dos países.

Esse é o sentimento que está refletido na eleição de Barak Obama, que só se tornará realidade se o eleito, após sua posse, tiver uma postura radicalmente contrária ao que vem sendo praticado nos últimos anos pelos Presidentes dos Estados Unidos. Uma postura de respeito ao mundo, aos povos, aos valores fundamentais da democracia. Esperamos e temos convicção de que Barak Obama tem todas as condições para fazer essa grande jornada. Torcemos por isso, porque torcemos pela confraternização dos povos e pelo povo estadunidense. Não somos a favor da máquina de guerra dos Estados Unidos, mas a favor do povo dos Estados Unidos da América.

Esse fato nos deixa muito alegres e esperançosos com relação aos destinos da humanidade para os próximos quatro anos. Esperamos que isso se torne realidade na prática do novo Presidente eleito da América do Norte.

Sr. Presidente, há outro fato que me chama a atenção e me deixa um pouco preocupado. Ontem o nosso Governador visitou o Congresso Nacional por uma causa que considero nobre: foi defender um aumento das verbas do Orçamento para compensar os Estados brasileiros pelas perdas decorrentes da Lei Kandir, ou seja, tentar incluir no Orçamento de 2009 verbas suficientes para a compensação financeira aos Estados. Sem dúvida, Minas Gerais precisa defender essa compensação, porque é um dos Estados mais prejudicados com essa famigerada Lei Kandir.

Nesse aspecto, a visita do Governador é muito bem-vinda. Mas o que me deixou um tanto preocupado é que, na visita de trabalho, o ilustre Governador não perdeu a oportunidade de fazer suas assertivas políticas e, entre delas, os comentários que fez sobre o governo do Presidente Lula me deixaram um tanto preocupado.

O Governador de Minas chegou a afirmar, entre outras coisas, que "a vitória do PSDB em 2010 é vital para o Brasil porque seria perverso para o País mais quatro ou oito anos disso que está aí. Eles, o PT e os aliados, fizeram uma base de proteção social que virou um instrumento social".

Logo adiante, o Governador afirma que o governo do Presidente Lula é extremamente perdulário. Segundo ele, o governo do PSDB gastará menos com a estrutura do Estado e mais com as pessoas. "Não vamos gastar com a companheirada". Mais uma vez, o Governador do Estado reedita esse raciocínio de que o governo do Presidente Lula gasta mal. Ora, fico imaginando como as camadas mais excluídas, os setores mais pobres da nossa população eram tratados. Foi graças às políticas públicas de inclusão social do Presidente Lula; às políticas públicas de resgate das famílias brasileiras para uma esfera mínima de cidadania; às políticas públicas do Bolsa Família; às políticas públicas do investimento na agricultura familiar; às políticas públicas de valorização dos projetos de moradia popular; e às políticas públicas de urbanização de vilas e favelas que se resgatou a cidadania do povo brasileiro. Será que isso é gastar mal? Será que isso é ser um governo perdulário?

Fico pensando: o Brasil avançou tanto nesses últimos seis anos, será que ele vai-se dar o direito de retroceder justamente agora que o mundo caminha para copiar o que ele tem de bom? O Barak Obama, na sua campanha, espelhou-se muito no modelo de gestão do governo Lula, que valoriza os mais pobres. E o Governador vem falar que o governo Lula é perdulário, gasta mal. Ora, qual é o conceito? O que queremos pôr no lugar? Qual o modelo que o PSDB quer implementar? Será simplesmente o modelo das parcerias público-privadas? Vamos colocar na esfera do Brasil o modelo da parceria público-privada? Eles mesmos dizem que o Brasil também sofrerá com a crise econômica. Dizem que as empresas privadas não terão capacidade de investimento, então como funcionarão as parcerias público-privadas? Causa grande repercussão na vida do povo, quando, por exemplo, tratamos os dois modelos.

Uma questão concreta é o metrô de Belo Horizonte. Ele vai sair do papel por meio de uma parceria público-privada ou por meio de um investimento prioritário do poder público, para assim sair realmente o metrô de que Belo Horizonte tanto precisa, para sair a linha dois, Barreiro-Calafate? Digo até que Barreiro-Calafate é insuficiente, porque metrô pressupõe a interligação dos Municípios da região metropolitana. Seria necessário falar, aliás, na ligação de Ibitiré ao Calafate, e não do Barreiro ao Calafate. Seria necessário garantirmos, no Orçamento da União, sem dúvida nenhuma, as verbas para implementar o metrô, assim como nos Orçamentos do Estado e dos Municípios que têm a ver com a linha do metrô, para que o poder público possa fazer obras importantes, e não transferir isso para uma parceria público-privada, porque essa não é a solução para o momento.

Talvez o gastar menos que o Governador Aécio Neves pretende seja tirar o Estado e deixar que a população se vire com a boa vontade do setor privado. Sr. Presidente, essa declaração do Governador do Estado no mínimo alerta o povo brasileiro para o fato de que não podemos retroceder. Não podemos permitir que o Brasil, que tanto avançou nas áreas sociais nos últimos seis anos, possa agora querer adotar de volta o modelo privatista, neoliberal do tão infeliz período de Fernando Henrique Cardoso. O Brasil conseguiu avançar em muita coisa graças à concepção de Estado que o Presidente Lula implementou. E o Brasil precisa aprofundar ainda mais as suas políticas públicas de inclusão social. Para isso precisamos, sem dúvida nenhuma, fortalecer o poder de investimento do Estado, do poder público, reforçando o crescimento da economia e a capacidade de investimento, garantindo nos Orçamentos do Estado, dos Municípios e da União a capacidade de investir e de gerar emprego e renda para o nosso povo.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, fazer, ainda que de maneira parcial, um balanço dos debates que a Assembléia tem realizado, neste último período, em relação aos projetos prioritários do governo do Estado, incluídos os do PPAG no período de 2008 a 2011. Esta Casa, num esforço coletivo de todos os parlamentares, está realizando um processo de audiências públicas coordenado pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, com o objetivo de recolher, da sociedade civil, propostas, sugestões, idéias, críticas e avaliações dos projetos implementados pelo Estado em 2008, em número de 57. Trata-se de um conjunto de 57 projetos estruturadores, vinculados a 13 áreas de resultados, num conjunto de 1.600 ações, para os quais está previsto um valor aproximado de R\$4.200.000.000,00 em 2008.

Já contamos com um dado muito positivo: a participação da população, neste ano de 2008, já é recorde em relação aos anos de 2003 a 2007. Ao final, serão mais de 1.200 lideranças de todo o Estado, lideranças sociais, populares e sindicais, que estão, de maneira muito efetiva, participando dos debates e apresentando suas propostas, nesta sexta-feira, às 14 horas, aqui, no Plenário da Assembléia Legislativa.

Gostaria, ainda de maneira preliminar, de trazer aqui um pouco do sentimento das pessoas ligadas a esses movimentos e mencionar algumas opiniões. Quanto ao processo, elogios a esta Casa, à parceria estabelecida com a Seplag, com os movimentos sociais, em nenhuma Assembléia existe um processo dessa natureza, um processo que discute o conjunto das políticas públicas em curso no Estado. Quanto ao conteúdo da proposta de revisão que o Estado encaminhou a esta Casa, destacaria pontos positivos e alguns pontos em relação aos quais manifestarei aqui algum nível de preocupação e de discordância, colocando-os no campo dos desafios. Primeiro, há de reconhecer que, para 2009, existe uma ampliação de recursos previstos para o conjunto dos projetos estruturadores. Os projetos estruturadores chegarão ao montante de R\$4.967.000.000. Isso é importante e positivo, reflete o bom momento que o País está passando com o governo Lula, com a retomada do crescimento econômico, mesmo no período de uma grande crise internacional. O Brasil está resistindo e mantendo níveis de crescimento compatíveis com o que o povo brasileiro espera e precisa. Isso gera um aquecimento da economia, um aumento de ICMS, um aumento das receitas estaduais. Minas Gerais é um Estado privilegiado, cresce mais do que a média nacional. Portanto, as receitas vêm crescendo, e o Estado terá uma receita para o ano que vem de aproximadamente R\$39.000.000.000,00. E, nesse avanço de recursos, eu destacaria alguns projetos importantes. No Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Mucuri, desde as audiências de 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, a população dessa região cobra do governo do Estado uma política permanente de convívio com a seca e de inclusão produtiva, de alternativas que amenizem o drama das pessoas que vivem principalmente nos Municípios mais atingidos pela seca e geralmente as pessoas mais pobres. Este ano o governo está encaminhando um projeto estruturador novo, de convívio com a seca e inclusão produtiva, no valor de R\$26.000.000,00. Acho até importante que, durante o processo de debate do PPAG, o governo do Estado estabeleça exatamente onde essas ações serão implementadas, pelo menos em quais regiões. Isso não ficou claro, gerou muita dúvida. Principalmente as regiões do Jequitinhonha e do Mucuri estão cobrando algum nível de detalhamento dessas ações, aliás venho aqui cobrar do governo para que até a data de votação do PPAG saibamos exatamente onde essas ações, pelo menos microrregionalmente, serão realizadas. Outra grande demanda que poderá ser atendida é uma ação de ampliação das reformas das escolas rurais. Para o ano que vem, teremos a reforma de 462 escolas rurais. É muito importante fortalecer o ensino rural. Temos que acabar com essa centralização e nucleação, trazendo as crianças de distritos distantes, fazendo as crianças andarem mais, em condições precárias, gasto elevado com transporte escolar, significando muitas vezes um estímulo à evasão escolar, à dificuldade de aprendizagem e ao trabalho infantil rural. Portanto, apoiamos essa iniciativa de se dar uma retomada ao ensino infantil rural. Teremos também um aumento de metas na aceleração da aprendizagem no Norte, no Jequitinhonha e no Mucuri, na redução de distorção de idade e de série e outras iniciativas, como a ampliação do Projeto Travessia de 5 para 33 Municípios, e do Poupanga Jovem, de 3 mil para 21 mil alunos. Quereria externar algumas preocupações. Primeiro, o nível médio de execução orçamentária ainda está muito baixo. A apuração que fizemos até 30 de setembro mostra que os projetos estruturadores estão com uma média de execução de 43%. Por se tratar de projetos prioritários, essa média é baixa. Para se ter uma idéia, Deputado Carlin Moura, 35 dos 57 projetos estão com a média abaixo de 50% de execução orçamentária. As únicas áreas com execução orçamentária maior são aquelas em que os recursos são vinculados, quais sejam as de educação, saúde e divulgação governamental. No caso da divulgação, aliás, houve uma execução acima do crédito inicialmente previsto. Gostaríamos, então, que nos demais projetos estruturadores houvesse também essa aproximação na execução orçamentária do que seria uma média ideal. Sabemos que há explicações para isso, seja de gestão, seja de recursos transferidos, seja de licitações ou mesmo pelo fato de, num ano atípico, por ser eleitoral, haver um prazo de 90 dias, dependendo da interpretação jurídica, até um prazo maior para novas iniciativas. Faço esse levantamento para que, até o final do ano, aceleremos a execução orçamentária. Como belo-horizontino e morador da Capital, destaco um aspecto importante. Algumas obras fundamentais para nossa cidade, muito discutidas durante o período eleitoral, até pelo Governador do Estado, não estão previstas no PPAG. Destacaria aqui a ligação da trincheira da Avenida Afonso Pena à Avenida Antônio Carlos por baixo da rodoviária e também a obra de duplicação da Antônio Carlos. Conversei recentemente aqui na Assembléia com o Prefeito eleito Márcio Lacerda, pusemos à disposição a Comissão de Participação Popular para, se necessário, entrarmos com emendas na revisão do PPAG a fim de que as questões discutidas durante a campanha sejam transformadas em ações no ano de 2009, com o nosso apoio, por serem intervenções importantes. No caso do Centro Administrativo e da trincheira que lhe dá acesso, há um aporte importante no valor de

R\$700.000.000,00, bem como para melhorias na pista da Alameda Ezequiel Dias até o antigo Cardiominas, dando continuidade ao Boulevard Arrudas. Justiça seja feita, essas duas obras estão no PPAG. Já a duplicação da Antônio Carlos e a trincheira, não. Mesmo que não seja com o volume de recursos alto, pois dependem obviamente, de projetos executivos, mas que sejam colocadas como ações novas, para não termos nenhum impedimento de natureza legal. O Deputado Sebastião Helvécio sabe que qualquer ação nova, para ser executada, depende de previsão no PPAG e na lei orçamentária anual, que serão votados este ano na Assembléia.

Uma outra preocupação que externei aos representantes do governo é que muitas ações incluídas em 2008, resultantes de emendas populares, estão agora com propostas de exclusão. Cito algumas, como o acompanhamento social nas escolas, estruturação do Sisvan, reforma de cantinas escolares, capacitação de professores na área de educação infantil. Há, ainda, emendas populares que tiveram redução de recursos, como implantação do centro de referência alimentar, recursos destinados a apoio aos Conselhos Tutelares. A emenda popular fortalece a legitimidade e a credibilidade desse processo de participação. Se essas emendas tiverem uma execução orçamentária baixa ou não forem executadas ou, ainda, se ano a ano forem buscadas alternativas de exclusão dessas mesmas ações, o processo de participação fica enfraquecido. Então, temos discutido isso nessas audiências públicas, e praticamente todos os movimentos vinculados a essas áreas têm apresentado propostas de reinserção dessas emendas. Assim, acho importante que elas sejam reinseridas no PPAG. É necessário haver mais objetividade nos critérios. O Deputado Sebastião Helvécio é uma grande batalhador dessa causa. É preciso haver critérios objetivos para a destinação de políticas públicas, principalmente as que serão ampliadas. Por exemplo, temos o Projeto Travessia, em que se propõe ampliar de 5 para 33 Municípios. Quais serão os Municípios? Quais critérios serão adotados para essa ampliação? Haverá ampliação do Poupança Jovem? Quais serão os critérios e os Municípios contemplados? No programa Convívio com a Seca haverá destinação de R\$26.000.000,00, mas para quais cidades, para quais microrregiões e com que critérios? Temos de fortalecer critérios republicanos e de necessidade, não de conveniência política, na destinação dos recursos públicos. Por isso, reitero, alguns projetos têm essa especificação, como o Processo, o número de ampliação de escola rural tem metas; outros, como Travessia e Poupança Jovem, já não têm. Esse é outro debate que faremos.

Por fim, nesses 21 segundos que me restam, gostaria de dizer também que, nesse processo de debate orçamentário, é absolutamente legítimo que os parlamentares desta Casa, que representam regiões e Municípios, contem com a ampliação de recursos orçamentários para apresentação de emendas destinadas aos Municípios onde atuam, às regiões onde atuam, principalmente as mais pobres, que dependem de reforço de caixa. A Assembléia ajudou o Estado de Minas a recuperar a sua credibilidade e a sanar as suas finanças. Por isso nada mais justo os Deputados terem os recursos necessários para atendimento de demandas legítimas, apresentadas pelos Municípios, que os Deputados desta Casa tão bem representam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha nas galerias e pela TV Assembléia, inicialmente, gostaríamos de fazer menção aos servidores públicos, serventuários da Justiça, que, durante os últimos dias - na verdade, há praticamente um mês, vêm acompanhando as reuniões da Casa na expectativa de um desfecho favorável em relação à derrubada dos vetos aos artigos que os afetam diretamente e dizem respeito ao funcionamento da Justiça no Estado.

Conforme já foi dito, estamos passando por um processo de obstrução provocado pela Bancada do PMDB. Acreditamos sinceramente que na próxima semana conseguiremos equacionar os pontos que têm provocado essa conduta da Bancada do PMDB. Assim, poderemos tratar objetivamente daqueles assuntos, que são relevantes não só para a categoria dos serventuários da Justiça, mas também para todos os servidores públicos mineiros e, do nosso ponto de vista, para o povo de Minas Gerais. Portanto, acreditamos que, na próxima semana, a pauta poderá fluir. Para tanto, é preciso discutirmos e votarmos os vetos que estão impedindo o avanço da pauta.

Sr. Presidente, mais uma vez quero manifestar-me a respeito do Circo de Todo Mundo. Para quem não sabe, lembro que o Circo de Todo Mundo é uma ONG que, há 18 anos, trabalha em Belo Horizonte, com crianças e adolescentes em situação de risco. Essa organização desenvolve uma atividade cujo reconhecimento vai além das fronteiras de Minas Gerais e tem parcerias com diversas outras organizações, até internacionais, em função da maestria com que realiza seu trabalho.

Vou ler o manifesto do Circo de Todo Mundo: "O Circo de Todo Mundo perde sua lona e seu chão. Os funcionários, crianças, adolescentes e jovens da comunidade do Circo de Todo Mundo compartilham com a sociedade sua indignação e tristeza pela interrupção dos seus trabalhos, referência na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. As negociações sobre a desapropriação do espaço vinham acontecendo no intuito de não penalizar nenhuma das partes envolvidas. Porém, no dia 27 de outubro, à noite, a Sedese e policiais militares desapropriaram a sede da instituição de forma brutal. Pedimos o apoio da sociedade para que possamos levantar nossa lona, direcionar nossas crianças, jovens e famílias para um novo espaço de sonhos e realização de seus projetos de vida. Enviem ao governo do Estado de Minas Gerais o seu apoio a esta causa. Criança e adolescente é prioridade absoluta - art. 227 da Constituição Federativa do Brasil e art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente".

Quem quiser entrar em contato com a organização Circo de Todo Mundo poderá fazê-lo pelo telefone (31) 3481-3645 ou pelo "e-mail" [circodetodomundo@gmail.com](mailto:circodetodomundo@gmail.com). Na próxima terça-feira, dia 11, haverá uma passeata, que sairá da Câmara Municipal rumo ao Palácio da Liberdade, passando pela Avenida Afonso Pena. A ONG Circo de Todo Mundo convida a população em geral e as demais organizações que trabalham em Belo Horizonte com crianças e adolescentes para participarem do movimento. Será uma manifestação pacífica, bonita, cultural, cujo objetivo é levar ao conhecimento de toda a comunidade o trabalho de excelência desenvolvido pelo Circo de Todo Mundo, bem como a necessidade de se recuperar o seu trabalho.

É preciso levantar recursos para fazer a terraplenagem, erguer a lona no novo espaço, cedido no mesmo ambiente da antiga Febem, onde o Circo vinha funcionando, bem como para reformar a rede elétrica e o telhado do galpão. Acompanharemos essa passeata para manifestar nossa solidariedade e confirmar o nosso compromisso com o terceiro setor, com essas ações que nascem da organização da sociedade e ocupam os vazios da sociedade em âmbito estadual, federal ou municipal. Portanto, preservar o espaço de trabalho e garantir a execução das atividades previstas nos estatutos das organizações não governamentais, principalmente daquelas que já provaram que fazem um trabalho de excelência, é nosso dever. Acreditamos que a contribuição do terceiro setor é fundamental para fazer avançar a qualidade de vida da população, principalmente ao colaborar na formulação de políticas públicas e induzir ações do poder público nas áreas onde este não mantém uma presença efetiva.

Sr. Presidente, gostaria de abordar também um fato que foi, nesta semana, e continua sendo objeto de muita análise e investigação, tendo despertado a atenção do mundo inteiro. Estou falando da eleição do Presidente norte-americano. Lembramos aqui o Senador Cristovam Buarque, quando disse, salvo engano, que a eleição dos Estados Unidos é tão importante para o mundo que os cidadãos do mundo inteiro deveriam votar nas eleições norte-americanas, e não, apenas o povo norte-americano, tamanho é o poder e a influência do Presidente dos Estados Unidos, tamanho é o impacto das decisões tomadas no âmbito da Presidência desse país. Tanto é que estamos agora atravessando uma crise financeira em nossa economia. Ela nasceu nos Estados Unidos e se irradia pelo mundo inteiro, chegando ao Brasil e a Minas Gerais. Ainda ontem o Governador do Estado declarou exatamente que a crise chega - e forte -, abalando a economia do nosso Estado.

A eleição de Barack Obama despertou um sentimento muito positivo, não só no povo americano, mas também na América Latina e no mundo inteiro. O próprio Presidente Lula, rompendo um pouco com as orientações da diplomacia, manifestou, ainda durante a campanha, a sua preferência pelo candidato democrata. O Presidente do Brasil, logo após o resultado das eleições, manifestou-se novamente, repetindo um bordão que ficou famoso no Brasil: "A esperança venceu o medo". Nos Estados Unidos, a esperança também venceu o medo.

Esperamos firmemente que, de fato, as ações, as medidas adotadas a partir do ano que vem pelo novo Presidente dos Estados Unidos possam apontar para a esperança. Sabemos que muitas preocupações rondam a humanidade neste momento. Se nos pautarmos pela mídia, a grande preocupação do momento, que tem sido abordada à exaustão, é a crise financeira e a crise econômica, que, a partir dos Estados Unidos, alcançam todas as economias do planeta. Mas, se fizermos uma investigação mais atenta e profunda, há uma outra crise muito preocupante e que não tem ganhado relevo, não tem sido valorizada e compreendida pela mídia como a crise financeira, mas não deixa de ser mais preocupante. Trata-se da crise ambiental. Sabemos que, para contorná-la, se estamos corretos ao compartilhar com muitos pesquisadores, analistas e cientistas do mundo inteiro a idéia de que essa crise ambiental, que também assola a humanidade, é fruto da intervenção humana no planeta, é fruto do modelo de organização da sociedade, construído ao longo da travessia da humanidade... Portanto, a responsabilidade de promover os ajustes é da própria humanidade. Ficamos muito preocupados porque sabemos que, de fato, para alterar essa relação que agride o ser humano e o meio ambiente em todos os países e hemisférios do nosso planeta, é fundamental que parta um reposicionamento da nação americana. Se não for profundamente alterado o "american way of life", o modo de vida americano, que tem como marca o consumismo e o desperdício, não haverá mudanças substanciais, porque o consumo de energia e matéria-prima de todo o mundo está concentrado, em termos percentuais e absolutos, nos Estados Unidos. Mudar, pois, essa cultura, essa relação é algo extremamente delicado. Talvez esse processo demande uma mudança de gerações, tamanho o impacto e a força cultural desse estilo de vida. Sabemos que essa preocupação passa pela cabeça do novo Presidente dos Estados Unidos. De fato, a discussão da mudança da matriz energética também é uma preocupação que tem absoluta sintonia com essas questões ambientais, como o fim da era do petróleo, a pesquisa de novas fontes, a relação da produção de biocombustíveis e o impacto com a produção de alimentos. As pesquisas precisam ser aprofundadas para viabilizar formas alternativas de energia. Associadas a tudo isso estão algumas notícias veiculadas pela imprensa nos últimos dias que dizem respeito à exterminação de muitas e muitas espécies no Brasil e no mundo. A desolação e a agressão ambiental profunda continuam levando à extinção inúmeras espécies. Esperamos que a outra questão associada à eleição do Presidente dos Estados Unidos, o racismo, seja também tratada com muita precisão, a partir da evidência da eleição de um negro para esse cargo. O racismo continua sendo um problema sério em muitas nações. Em várias conferências das Nações Unidas ocorridas nos últimos anos houve afirmações de que o racismo e o preconceito crescem em todo o mundo - infelizmente, continuam sendo um problema social profundo e sério aqui no Brasil. Com a vitória do primeiro Presidente negro dos Estados Unidos, gostaríamos de fazer esse paralelo e reafirmar que aqui no Brasil, apesar de toda a dedicação, de todo o esforço do governo Lula, que criou uma secretaria com "status" de Ministério para cuidar do tema e tem promovido ações afirmativas para garantir o espaço da comunidade negra, ainda há muito o que fazer. Portanto, são questões que consideramos importantes e que acreditamos que, a partir desse contexto, vamos poder trabalhar com um alento novo, em busca de soluções, a fim de promovermos dignidade de vida, justiça social, democracia e cidadania plenas para o povo brasileiro.

O Deputado Domingos Sávio\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham na Casa do povo mineiro e que nos acompanham pela TV Assembléia. Inicialmente, nesta tarde farei um breve balanço dos trabalhos da nossa Casa na semana. Antes, porém, não posso deixar de cumprimentar os servidores que aqui têm estado e manifestado, junto ao nosso gabinete, a sua preocupação com a importância de revermos uma decisão em que se vetaram alguns artigos da reestruturação do Judiciário mineiro. Ali procurávamos, entre outras coisas, demonstrar a preocupação e a valorização com os servidores do Judiciário, em especial com os Oficiais de Justiça. Aliás, já manifestei, de maneira clara, o nosso entendimento acerca da importância que deve ser dada a todos os servidores do Judiciário e, sem dúvida e de modo especial, aos Oficiais de Justiça. Portanto, estamos solidários e esperamos uma solução que atenda a essa justa reivindicação. Acima de tudo, esperamos que haja uma votação, superados os entraves de obstrução, que é um instrumento democrático, mas que, em dado momento, começa a trazer prejuízo generalizado para o Parlamento e para o povo mineiro. Contamos com o esforço de todos os colegas, e nós, do PSDB, estamos firmes para votarmos o mais rápido possível não apenas os vetos, na expectativa de atendermos a essas justas reivindicações dos servidores. Também não nos podemos esquecer dos outros projetos que estão na pauta, entre eles um de minha autoria que trata da questão do produtor rural, do produtor de leite e do aproveitamento do crédito de ICMS do produtor de leite, que precisa ser mais bem esclarecido. A nossa proposta irá atender melhor esses produtores de leite e à indústria de laticínio. Também nesta semana, Sr. Presidente, estivemos participando e ainda estamos participando dos debates sobre o PPAG e as suas devidas e necessárias revisões, para adequar o Orçamento do Estado à realidade do nosso dia-a-dia e às demandas da sociedade. Mais uma vez, estou-me empenhando para fortalecer as universidades do Estado de Minas Gerais: a Uemg e a Unimontes, e também fortalecer o Pro-Uemg, para atender o aluno carente que não tem condição de pagar a faculdade, para que ele tenha o apoio do governo do Estado, nas unidades associadas à Uemg. Da mesma forma, estamos empenhando em uma emenda que atenda às regiões dos lagos, das grandes bacias hidrográficas mineiras, em especial as lâminas d'água. Minas Gerais é considerada a caixa d'água do País, já que existem aqui importantes lâminas d'água, ou seja, represas e barragens, como a de Furnas, a de Três Marias e outras que, embora um pouco menores, são também importantes. Para isso é preciso que haja uma política pública de preservação com desenvolvimento sustentável, preservação que ajude a conservar o meio ambiente, com uma agricultura feita corretamente e que, ao mesmo tempo, possa conviver com o desenvolvimento do turismo. Assim sendo, os investimentos são fundamentais, por exemplo, no entorno dos lagos, para evitar a sua poluição. As cidades que estão às margens dos lagos não serão atração turística se tiverem um lago poluído, que também não é um ambiente apropriado ao desenvolvimento da pesca. É por isso que estamos tratando de inserir no PPAG uma janela que, obviamente, depois será posta no Orçamento. Também me preocupa muito o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Sou produtor rural, fui Presidente do Sindicato Rural, e estamos procurando assegurar parcerias com os sindicatos, as cooperativas, as associações de pequenos produtores, para que haja políticas públicas para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, apoiar alternativas, gerar renda para o homem do campo, que está ficando, a cada dia, mais empobrecido. Houve um passado muito distante em que quem vivia das atividades rurais e tinha um pedaço de terra era considerado privilegiado. Hoje são verdadeiros sofrendores que custam a manter a família com o que conseguem tirar da terra, seja produzindo leite, seja na atividade agrícola ou pecuária. São necessárias políticas públicas para essa área.

Nesse sentido, gostaria de fazer uma reflexão mais profunda a respeito do momento que estamos vivendo no País e no mundo inteiro. Essa crise já preocupa e entra de maneira assustadora na vida das pessoas, promovendo o desemprego. Hoje o "Diário do Comércio" anunciou que siderúrgicas vão reduzir produção em Minas Gerais. Já temos muitos altos-fornos em Divinópolis, em Sete Lagoas e em várias cidades, além da Usiminas e da Arcelor Mittal, diminuindo produção e deixando gente desempregada. As famílias estão entrando em desespero. Portanto, não se trata mais de uma crise no Japão, na América do Norte, na Europa, nas Bolsas de Valores, mas na vida do cidadão, que começa a ficar apavorado com a possibilidade de perder o seu emprego e não ter como sustentar sua família.

Faço essa observação para que reflitamos a respeito da análise que tem sido feita do cenário político brasileiro. Vejo com frequência, até em razão da boa avaliação popular do Presidente Lula, uma tendência a pintar um mar de rosas, dizendo que o governo Lula fez isso e aquilo e que tudo está uma maravilha. É preciso destacar que essa é a primeira crise no mundo capitalista em seis anos de governo Lula. O governo Fernando Henrique e os que o antecederam tiveram que enfrentar várias crises mundiais, como a crise do México, que pegou o governo FHC no meio do segundo mandato e afetou as economias do mundo inteiro e o Brasil obviamente. Agora, pela primeira vez, o governo Lula se depara com uma crise. Talvez, pela primeira vez, possamos analisar, de maneira um pouco mais isenta, o comportamento e a forma de governar do PT e parar com essas bravatas de dizer que tudo é uma maravilha, fruto do governo Lula. A falta de autocrítica ou da capacidade de compartilhar resultados desses que ficam todo o tempo a dizer bravatas impede-os de considerar que o governo Lula, que saiu dizendo que tinha uma herança maldita, herdou a estabilidade política, que tem sido o sustentáculo desse governo desde o início. O País foi entregue ao Presidente com uma moeda estabilizada, com mecanismos de políticas externa e interna na macroeconomia que não permitiam mais o ciclo vicioso da inflação; e com uma Lei de Responsabilidade Fiscal feita pelo governo anterior, estabelecendo que governos municipais, estaduais e federal não poderiam mais ficar ao bel-prazer do governante, gastando mais do que tinham e deixando dívidas impagáveis. A turma do PT votou contra e condenou a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas ela tem sido o sustentáculo do equilíbrio de ações administrativas e principalmente financeiras dos tempos atuais no Brasil. No passado recente, o sujeito que estivesse na Prefeitura, terminando o mandato, se quisesse contrataria um mundo de gente, começaria uma obra sem dinheiro em caixa, endividaria a Prefeitura e passaria um verdadeiro abacaxi para o sucessor. Não havia regra para controlar o gasto público. Veio a Lei de Responsabilidade Fiscal, editada pelo Presidente Fernando Henrique, para estabelecer que é crime, com risco de ir para a cadeia, o governante, de forma irresponsável, fazer qualquer endividamento sem ter o dinheiro em caixa e a previsão orçamentária.

Em alguns casos, até mesmo havendo a previsão orçamentária, a partir de abril ficam impedidas determinadas obras que não poderão ser concluídas. Tudo isso ajudou a organizar o Brasil, e veio o País caminhando sem crise. Agora surge a primeira crise. O que vejo é um governo

que continua no palanque, cheio de bravatas. Tomarei como exemplo o produtor de leite. No Brasil, Deputado José Henrique, produz-se leite suficiente para todos os brasileiros e ainda sobra para a exportação. No entanto, o produtor de leite está se deparando com uma situação assustadora: as multinacionais e as grandes empresas que operam no mercado se organizaram e baixaram o preço do leite - R\$0,90. Hoje, em alguns lugares, chegou a menos de R\$0,50, menos do que custa uma garrafinha de 500ml de água. Então o produtor se vê numa situação desesperada. Essas grandes empresas, para pressionar o mercado, importam leite em pó. O nosso governo não faz nada, não toma uma atitude para defender o povo brasileiro. Começa-se uma crise internacional, e, de imediato, todos os países do mundo tomam medidas para se proteger. Nos Estados Unidos, está acontecendo isso. Estamos aqui festejando o espírito democrático dos americanos, a eleição do Obama, mas todos estão apreensivos, pois os democratas têm, como tradição, o protecionismo da economia. Hoje os americanos praticam tarifas altíssimas para o álcool da cana-de-açúcar, quando é exportado para os Estados Unidos. Sabem por quê? Para permitir que o produtor agrícola americano continue fazendo álcool de milho, que fica muito mais caro. Mas, para que esse produtor continue sobrevivendo e tendo remuneração justa, o governo americano o protege e não deixa o álcool da cana-de-açúcar do Brasil entrar nos Estados Unidos pelo nosso preço. Quando chega aos Estados Unidos, é taxado em 100%. Eles dobram o preço do nosso álcool, e o americano continua vivendo bem, vendendo o seu álcool de milho. Aqui produzimos o leite e, quando ele começa a ter um precinho, as multinacionais importam leite, e o nosso governo não toma conhecimento.

Agora vem a crise do setor siderúrgico. Depois que todos estiverem desempregados, o nosso Presidente talvez aceite que a crise chegou aqui, pois, até agora, ele diz que não chegou. Estamos tendo problemas um atrás do outro. A corrupção foi muito combatida enquanto não chegaram ao poder. Simplesmente foi varrida para debaixo do tapete o assunto. O que existe de escândalo dá nojo - mensalão, sanguessuga, emendas "rachadinhas" do orçamento federal -, mas não se faz absolutamente nada. Não há nenhuma punição. Ninguém vai para a cadeia. Desconversa-se. A relação com os Estados e com os Municípios fica na mesma. Nos jornais de ontem, li que somente 25% de emendas foram repassadas para o Estado. O resto fica somente na intenção, no proselitismo, no discurso dos que estão sempre a dizer que o governo Lula está salvando este país. Salvando como? Em primeiro lugar, o País já vinha num processo de crescimento, e a economia mundial vivendo, nos últimos anos, pleno processo de crescimento. A Argentina cresceu cerca de 10% ao ano. Os países da África cresceram mais do que o Brasil. Agora, vamos enfrentar a primeira crise mundial, que poderá afetar um pouco o governo Lula. Os problemas já estão aparecendo com o desemprego. Vou citar outro exemplo que afeta a vida de todos nós. A agricultura brasileira, uma das que mais cresceram nos últimos anos, não somente no governo Lula, vinha crescendo nos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique.

Deste ano para o ano que vem, já está previsto, e foi publicado hoje, que a agricultura deve encolher no Brasil. A previsão do governo federal é de que a safra de grãos no Brasil deve diminuir. Por que ela diminuirá? Por causa do clima? Não, a previsão climática não mudou. As nossas terras pioraram? Não. Os nossos produtores diminuíram em número? Não. Sabem por quê? Porque o produtor brasileiro não terá dinheiro para adubo, para usar a tecnologia que já conhece e domina, porque, do ano passado para este, o preço do adubo subiu mais de 100%. Num primeiro momento, as empresas de adubo, as multinacionais, diziam que o preço do petróleo estava subindo, então o preço do adubo tinha de subir. O preço do petróleo agora reduziu mais de 100%. O barril de petróleo, que esteve a US\$130,00, está a menos de US\$60,00, Deputado José Henrique, e o preço do adubo não baixou nem um centavo. O preço da gasolina baixou? Subiu. O governo finge que não é com ele e não toma nenhuma atitude. Ou o produtor pára de plantar ou planta usando menos adubo, colhendo menos, e vai ficando cada dia mais pobre. E as grandes multinacionais vão ficando cada dia mais ricas.

É preciso desmistificar essa balela de que temos um governo que é uma maravilha, que resolve tudo, que fez tudo por todos. Aproveitou a situação positiva que herdou de uma economia estabilizada, de uma legislação que se modernizou e, infelizmente, aproveitou a crise para nomear 80 mil companheiros, a companheirada, criando mais cargos de livre nomeação, sem concurso. Isso é crime contra o interesse do País. Agora vem uma crise, e é um deus-nos-acuda. Pobres dos operários dessas siderúrgicas que estão fechando, que são manchete hoje; ficarão desempregados. Não há cargo de companheiro para eles, Deputado Rêmoló Aloise.

É preciso desmistificar essa história de que o Brasil viveu bem durante esse período porque tem um governo maravilhoso. Ele tem seus acertos, que nunca neguei, e não estou aqui negando o meu respeito ao governo e ao governante, o Presidente Lula, mas é preciso desmistificar, porque quem está governando não pode ficar o tempo todo no palanque fazendo bravata. E não podemos ficar o tempo todo aplaudindo, ignorando os problemas que estão afetando o povo brasileiro, cujo poder de solução está nas mãos do Presidente, num regime extremamente centralizado como o nosso, em que todas as decisões em relação à importação, à política tributária, ao controle das grandes "commodities", de preço de adubo e de petróleo, estão nas mãos do governo federal, no mínimo do Congresso, que não votou nenhuma reforma significativa durante esses seis anos, que não melhorou a legislação do País, com o governo tendo maioria folgada no Congresso. E ele não tomou a atitude de melhorar em nada a legislação do País.

Fica, portanto, esse desabafo, para que paremos com esse proselitismo de que vivemos com um governo maravilhoso, talvez porque, às vezes, seja constrangedor criticar um governo cujo Presidente tem uma popularidade alta. Mas ele não pára de fazer propaganda de si mesmo, de fazer bravata, não desce do palanque. O povo brasileiro é extremamente generoso e terá realmente o sentimento de que estamos sendo governado por um salvador da Pátria. Mas os problemas estão batendo à porta. Espero que ele realmente os enfrente, em nome do povo brasileiro que o colocou lá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 10/11/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlin Moura

exonerando Aline Amorim da Silveira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

exonerando Celina Alves Padilha Arêas do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Daniela Fabrícia Gonçalves Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Evandro José da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;

exonerando João dos Reis Campos Bandeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Karla Roque Miranda Pires do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 4 horas;

exonerando Patrícia Penha de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Rafael Minoru Uchiama Andrade do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando Rodrigo Vieira de Assis do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Sirlaine Rodrigues Barbosa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando Walquíria Rodrigues Barbosa Vasconcelos Bandeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Washington Augusto de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas;

exonerando Webert Theodoro das Chagas do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Ademir Oliveira Pinto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Adriana Aparecida Teixeira Martinez para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Alan Vasconcelos Souza Bandeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Aline Amorim da Silveira para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Bruno Patricio Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Celina Alves Padilha Arêas para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Daniela Fabricia Gonçalves Silva para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;

nomeando Evandro José da Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Karla Roque Miranda Pires para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;

nomeando Rodrigo Vieira de Assis para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Sheila Cristina de Jesus para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Sirlaine Rodrigues Barbosa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Washington Augusto de Oliveira para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Maria Elisabete Moreira Nunes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Ana Claudia Silveira Leite do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

nomeando Wander Marquez Pereira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 10/12/2008, às 14h30min, pregão eletrônico através da internet, do tipo menor preço global por lote, tendo por finalidade a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembléia.

O edital, cujo conteúdo se manteve inalterado em relação à publicação anterior, encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 (dez centavos) por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91/2008

Objeto: aquisição de peças para impressoras.

Pregoantes vencedores: MTR Informática Ltda. (Lotes 1 e 2); AMDATA Peças e Serviços de Informática Ltda. (Lote 3); DIROX Distribuidor Xerográfico Ltda. (Lote 4); HABILTECS Distribuição de Peças e Serviços Ltda. (Lotes 5 e 8); TECNOSYS Informática Ltda. (Lotes 6, 7 e 9).

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2008.

Eduardo de Mattos Fiúza, Pregoeiro.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: (donatária): Associação Comunitária dos Produtores Panelinhenses – Ascoppa. Objeto: doação de 2 cadeiras fixas; 1 impressora a jato de tinta marca HP; 2 mesas secretária de sucupira; 2 microcomputadores marca Zenith, modelo Station LX2, conf. Registros patrimoniais nºs: 016255, 010849, 016416, 010234, 010235, 018837, 018838. Licitação: dispensa, nos termos do art. 17, II, "a" , da Lei nº 8.666, de 1993.